

ATA N.º 9/2021:

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 21 DE ABRIL DE 2021:

No dia vinte e um de abril de dois mil e vinte e um, pelas vinte e uma horas e onze minutos, no Auditório Municipal de Pinhal Novo - Freguesia de Pinhal Novo, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os/as Vereadores/as Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristovão, Fernanda Manuela Almeida Pésinho, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Adilo Oliveira Costa, Carlos Miguel Viegas Vitorino, Luís Miguel Reinho de Oliveira Calha, Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo e José Calado Gertrudes.

Através do edital nº 102/DAFRH-DAAG/2021 foi, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 1.º do Regimento da Câmara Municipal e de harmonia com a alínea m) do n.º 1, do art.º 35.º, conjugado com o n.º 4, do artigo 40.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, convocada a reunião descentralizada desta Câmara Municipal a realizar no dia 21 de abril, às 21.00 horas, no Auditório Municipal de Pinhal Novo, no âmbito da *semana da Freguesia de Pinhal Novo*. A presente reunião realiza-se ao abrigo dos nºs. 2 e 3, do artigo 3.º, da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, na sua atual redação, na sequência das medidas de prevenção decretadas pela Direção Geral de Saúde e em conformidade com o Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal n.º 19/2021, de 4 de abril. Neste contexto a participação do público fica sujeita a inscrição prévia, mediante a apresentação do assunto.

SUBSTITUIÇÃO NA REUNIÃO DE CÂMARA:

Na sequência do pedido de substituição para a reunião de câmara do dia de hoje, apresentado pelo Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro, foi convocado, nos termos dos nºs. 1 e 2, do art. 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, o Sr. Carlos Miguel Viegas Vitorino. (Anexos a esta ata como documento n.º 1)

Os pontos que constituem a Ordem do Dia desta reunião são os seguintes:

PONTO 1 – Aceitação de doações - Ratificação

PONTO 2 – Atribuição de comparticipação financeira à Junta de Freguesia de Quinta do Anjo.
Contrato Interadministrativo – Aquisição e substituição de placas toponímicas - Acerto

PONTO 3 – Atribuição de comparticipação financeira à União das Freguesias de Poceirão e Marateca. Contrato Interadministrativo – Aquisição e substituição de placas toponímicas - Acerto

PONTO 4 – Atribuição de comparticipação financeira à Junta de Freguesia de Quinta do Anjo. Contrato Interadministrativo – Reposição de pavimentos em calçada ou outros - Acerto

PONTO 5 – Atribuição de comparticipação financeira à União das Freguesias de Poceirão e Marateca. Contrato Interadministrativo – Reposição de pavimentos em calçada ou outros - Acerto

PONTO 6 – Apoio financeiro às Associações de Proteção dos Animais do Concelho de Palmela

PONTO 7 – Representação institucional na CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Palmela

PONTO 8 – Regulamento de Voluntariado do Município de Palmela

PONTO 9 – Atribuição de apoio financeiro à Associação das Festas Populares de Pinhal Novo – Desenvolvimento e Cultura Local para a realização da 24.ª edição das Festas Populares de Pinhal Novo

PONTO 10 – Atribuição de apoio financeiro à Confraria da Sopa Caramela para a realização do Mercado Caramelo 2021

PONTO 11 – Aditamento ao Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre os Municípios de Palmela, Sesimbra e Setúbal e a UVP – Federação Portuguesa de Ciclismo

PONTO 12 – Contrato de Gestão de Eficiência Energética - Adjudicação

PONTO 13 – Cedência de árvores à Associação dos Lares Ferroviários em Pinhal Novo

APROVAÇÃO DE ATAS

Ao abrigo do preceituado nos n.ºs. 2 e 6 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, a Câmara Municipal de Palmela delibera a aprovação das seguintes atas, sendo as mesmas assinadas pelo Sr. Presidente e por quem as lavrou. Foi dispensada a leitura das mesmas, por unanimidade, por terem sido previamente distribuídas a todos os membros do órgão executivo:

— ATA n.º 3/2021, da reunião ordinária de 27 de janeiro de 2021.

A ata foi aprovada, por maioria, com a abstenção dos Srs. Vereadores Luís Miguel Calha, Carlos Vitorino e José Calado, que justificam a sua abstenção por não terem estado presentes nesta reunião.

— ATA n.º 4/2021, da reunião ordinária de 3 de fevereiro de 2021.

A ata foi aprovada, por maioria, com a abstenção dos Srs. Vereadores Luís Miguel Calha e Carlos Vitorino, que justificam a sua abstenção por não terem estado presentes nesta reunião.

DESPACHOS EMITIDOS PELO SR. DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E RECURSOS HUMANOS, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:

No âmbito do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos / Divisão de Atendimento e Administração Geral / Secção de Licenciamentos:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 2, dos processos despachados pelo Sr. Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos, Paulo Pacheco, no período compreendido entre 07.04.2021 a 20.04.2021.

DESPACHOS EMITIDOS PELA SRA. VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico e do Departamento de Administração Urbanística:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 3, dos processos despachados pela Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 05.04.2021 a 18.04.2021.

DESPACHOS EMITIDOS PELA SRA. VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 4, dos processos despachados pela Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 05.04.2021 a 18.04.2021.

CONTABILIDADE:

Pagamentos autorizados:

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 07.04.2021 a 20.04.2021, no valor de 1.416.243,01 € (um milhão, quatrocentos e dezasseis mil, duzentos e quarenta e três euros e um cêntimo). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 5.

TESOURARIA:

Balancete:

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 20.04.2021, apresenta um saldo de 11.803.834,54 € (onze milhões, oitocentos e três mil, oitocentos e trinta e quatro euros e cinquenta e quatro cêntimos), dos quais:

- **Saldo de operações orçamentais** – 10.251.518,10 € (dez milhões, duzentos e cinquenta e um mil, quinhentos e dezoito euros e dez cêntimos);
- **Saldo de operações de tesouraria** – 1.552.316,44 € (um milhão, quinhentos e cinquenta e dois mil, trezentos e dezasseis euros e quarenta e quatro cêntimos).

METODOLOGIA DAS REUNIÕES DESCENTRALIZADAS

O **Sr. Presidente** começa por explicar que nas reuniões descentralizadas inverte-se a metodologia de funcionamento das mesmas, para possibilitar o Período da Intervenção do Público no seu início, depois segue-se o Período Antes da Ordem do Dia e, por último, a Ordem do Dia.

SEMANA DA FREGUESIA DE PINHAL NOVO

O **Sr. Presidente** refere que as semanas dedicadas às freguesias, trata-se de um processo que é desenvolvido há vários anos pela Câmara Municipal de Palmela e tem como objetivo promover o contacto direto com os múltiplos agentes locais, reunir e discutir com o executivo da Junta de Freguesia, empresas e instituições sob situações concretas que são diariamente apresentadas e, são também efetuadas um conjunto de visitas a obras e projetos que estão a ser desenvolvidos no terreno. A semana inicia-se com a preparação, por parte dos serviços técnicos municipais, de um conjunto de informação e ponto de situação de processos, reclamações e questões que estão pendentes, para que o executivo municipal esteja informado do andamento das mesmas. Portanto, na segunda-feira efetuaram-se algumas reuniões no terreno com técnicos municipais sobre temas relacionados com a rede viária e com o espaço público, na sequência de sugestões do munícipes e da Junta de freguesia, nomeadamente a criação de mais algumas pequenas bolsas de estacionamento em arruamentos onde o mesmo é deficitário e nos quais existe espaço que pode ser aproveitado para o efeito, por exemplo, na Rua Dom Sancho I e também foram identificadas zonas que ainda estão por calçar, nomeadamente em alguns arruamentos na zona do Bairro Posser de Andrade que, segundo o alvará de loteamento, à época, competia aos proprietários, à medida que construíssem, fazer o respetivo calçamento, mas, de facto, trata-se de um alvará do final dos anos 80 e por verificar que há situações que devem ser resolvidas, o município entendeu fazer um levantamento da metragem para, no âmbito da empreitada de calçamentos, se poder

completar alguns corredores para que sejam efetivamente acessíveis e confortáveis para quem se desloca a pé. Informa que foram igualmente colocadas um conjunto de situações relacionadas com sinalização horizontal, apesar de ter finalizado uma empreitada do ano passado, há poucas semanas e, já com outra adjudicada, mas tendo em atenção algumas zonas que têm sido reportadas pela junta e pelos munícipes, o município também fez esse levantamento no terreno. No entanto, o município tem sido confrontado com um problema, no que diz respeito a alguma intervenção da GNR na Rua José Régio, no troço entre a Rua Zeca Afonso e a entrada na urbanização da Salgueirinha, sobretudo, na zona de moradias, na qual o estacionamento em ambos os lados, provoca um estreitamento numa via que é de 2 sentidos e, portanto, a GNR tem autuado cidadãos que, obviamente, pediram à autarquia que procurasse uma solução. Refere que sobre esta questão, os serviços municipais têm 3 hipóteses de solução, ou seja, sinalização que implica alterações de sentido ou apenas a permissão de estacionamento num dos lados, com pintura no pavimento, por isso, entendeu-se que não devia decidir apenas com base na opinião dos técnicos e, por isso, o município irá promover, dentro de uma semana, uma reunião com os moradores, para se discutir estas 3 soluções e ver qual delas é a mais consensual e mais eficaz. Aliás, em Palmela, privilegiam vários modelos de participação, desde o “Eu Participo” com os munícipes e nas escolas do 1º ciclo, que nos últimos anos, até o Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa lançou um desafio às escolas secundárias, professores e alunos do secundário, para que se envolvessem no projeto “Nós propomos”, no qual teve o privilégio de ser chamado a uma turma para ouvir a apresentação de três interessantíssimos projetos elaborados e ainda em desenvolvimento por parte de jovens munícipes, que acolheu com muito interesse, sobre os quais deu algumas sugestões para que possam continuar a trabalhar e aprofundar, porque são efetivamente projetos de intervenção que interessam à vila de Pinhal Novo, nomeadamente o prolongamento do Parque Verde Urbano, na zona do Jardim da Salgueirinha, aliás é um projeto que também está relacionado com a intervenção na área social, entre gerações, com algumas atividades de animação para combater o isolamento dos idosos e outro relativo a um projeto que também, o município já anda a trabalhar há uns anos, um modelo de bicicletas partilhadas e que são disponibilizadas, como já existe em muitas cidades de Portugal e na Europa.

Na terça de manhã, o executivo municipal efetuou uma reunião muito profícua com o executivo da Junta de freguesia, na qual falaram sobre várias empreitadas e intervenções que estão a decorrer e outras que estão a ser lançadas, nomeadamente relativas à conservação da rede viária, na reparação de calçadas e conservação do espaço público, na varredura e higiene urbana. Nesta reunião também discutiram sobre um projeto que está em preparação para a reabilitação do polidesportivo José Maria dos Santos, para o qual já há um projeto intervenção e cujo concurso ainda demorará algumas semanas. Refere que o município apresentou um projeto para a bolsa de estacionamento no final da Rua Orlando Ribeiro, entre o Monte Novo e 3ª fase e a Urbanização Nogueira de Matos, um compromisso de mandato, cujo projeto já está feito e será lançado ainda durante este ano. Em relação à requalificação do espaço de jogo e recreio do Jardim José Maria dos Santos que é, de facto, um espaço de excelência, um dos

mais utilizados no coração da vila, mas é um espaço que é da Junta de Freguesia e que está a necessitar de uma remodelação. Há um projeto muito interessante da Junta de freguesia, mas financeiramente, sozinha, não tem condições para avançar e, optou por apresentar ao município o programa de intervenção e as respetivas previsões do orçamento, porque sendo possível criar sinergias entre o museu da estação, o parque infantil e com a Ludoteca, o município poderá comparticipar, direta ou indiretamente, o custo dessas obras. Refere que também foi debatido a passagem pedonal inferior que deverá ligar a Rua Diogo Cão, Rua Pedro Álvares Cabral e a Rua do Alentejo, uma promessa antiga da Refer de 2003, que tem sido sucessivamente adiada, consta no Plano de Investimentos da Administração Central, esteve prevista no mandato anterior, depois seria para realizar no âmbito do Portugal 2030 e que estaria pronta em 2022, enfim, o município conhece o projeto, está validado até porque depois vai ser gerido pelo município e, sobre o qual houve uma reunião, na qual o município obteve a informação que o protocolo que a Infraestruturas de Portugal quer ver assinado entre a Câmara e a empresa, tendo em vista a responsabilização pelos equipamentos que vão ficar instalados e limpeza daquele espaço, não chegaria ainda durante este mês. Também foram debatidas questões sobre a limpeza, também relacionadas com as colónias e abrigos para felinos, que mobilizam muitos cidadãos e da recolha de monos e verdes que, felizmente melhorou substancialmente nos últimos 2 meses, a empresa tem sido cumpridora, mas também pelo facto de haver alguma redução da atividade, sobretudo económica, tem contribuído para a redução do volume da recolha, no entanto, sobre a questão da reciclagem e da recolha seletiva, assim que se verificou a reabertura do comércio, começou a assistir-se a um aumento do plástico e do cartão, porém essa recolha é da responsabilidade da Amarsul, que vai ter de trabalhar com maior eficácia, sobretudo na vila de Pinhal Novo, onde, de facto, vive muita gente e, também no restante concelho, porque depois prejudica outras áreas da limpeza. Informa que falaram de um projeto, cuja adjudicação o município pretende lançar, para a elaboração de um plano de mobilidade sustentável para Pinhal Novo, aliás, já existe, mas é preciso ser atualizado e que visa, sobretudo a zona norte da vila, onde alguns arruamentos são empedrados e que visa reabilitar toda aquela zona, não apenas em relação ao pavimento, como também a melhoria na acessibilidade, mais oferta de estacionamento e melhoria das zonas pedonais em zonas de acesso ao comércio e fruição do espaço público. Trata-se de um investimento de quase 1 milhão de euros, vai intervir nas infraestruturas, será feito por uma equipa da especialidade ligada a elaboração destes planos e, um dos requisitos deste plano é ser público e participado, ou seja, desde o estudo prévio à elaboração do projeto, para o qual é pretendido o forte envolvimento de toda a população. Ainda no âmbito das reuniões realizadas, informa que o executivo municipal reuniu com a Associação de Moradores da Quinta do Sobral e Canastra/Terrim, relativamente a algumas necessidades de intervenção na zona e sobre o compromisso do asfaltamento e drenagem pluvial na Rua 1º de Maio.

Durante esta quarta-feira, no período da manhã, foram realizadas várias visitas públicas, acompanhadas pela vereação que teve disponibilidade para o efeito, à empresa TMS, uma empresa de transportes e logística, sediada na freguesia de Pinhal Novo, junto ao Rio Frio e

que tem um conceito muito interessante de oferta de serviços, mas que tem necessidade de crescimento e, de facto, na revisão do Plano Diretor Municipal, já foi encontrada uma solução para a ampliação daquela importante unidade económica e também para identificação de zonas que, do ponto de vista logístico, considerando aquela centralidade, podem dar origem à fixação de outras empresas da mesma área, portanto, é uma questão que está a ser trabalhada entre concelho de Palmela e Área Metropolitana de Lisboa. Posteriormente visitaram um dos troços da empreitada de regularização da Ribeira da Salgueirinha, no atravessamento da Rua da Lagoa da Palha, por causa do acesso ao mercado mensal e que irá sofrer ali uma grande operação para evitar fazer desvios de trânsito de vários quilómetros, porque isso causa impactos, não só na vida das pessoas, mas também no acesso às unidades comerciais e outros estabelecimentos que existem na zona, portanto, encontrou-se a solução para isso e aguardam o parecer final da Infraestruturas de Portugal. Relativamente ao atravessamento da EN-252, refere que vai ser uma situação mais complexa, porque a Infraestruturas de Portugal optou por uma solução *in situ* de betão, ao contrário de outras que foram propostas, o que vai causar constrangimentos no trânsito durante alguns meses. Ainda nesta questão dos atravessamentos, refere que também há um outro ponto crítico no atravessamento da Rua 1º de Janeiro, porque está a aguardar o desvio de condutas de gás, por parte da Setgás. Ainda no âmbito das visitas, foi realizada uma visita à obra que está a decorrer no mercado de produtores, cujos técnicos tiveram oportunidade de explicar o conjunto de condicionalismos que, atualmente há nas empreitadas, portanto, puderam verificar que está praticamente concluída, faltando apenas a zona onde vão ficar os contentores e as bancas arrumadas, depois do mercado, que é uma zona enquadrada paisagisticamente e, dali foram visitar o Centro de vacinação, que tem funcionado bem e realça o que o município tem colocado à disposição da Saúde, para que tudo funcione bem, aliás, o investimento é permanente, tem sido necessário fazer melhorias constantes, por vezes, por causa das marcações e outras questões pontuais que vão surgindo, mas de uma forma geral o funcionamento está a correr bem, mesmo com o aumento do número de vacinas e de vacinados, sobretudo, nestas últimas semanas e, é esse ritmo que é importante manter. Depois, passaram pela Rua Infante Dom Henrique, porque o município adquiriu um terreno, para fazer uma bolsa de estacionamento e um corredor arbóreo na zona sul, junto à Sociedade Filarmónica União Agrícola e, em seguida, visitaram as obras do largo da Mitra. Posteriormente, foram visitar as instalações da incubadora de empresas que teve obras de remodelação e que, agora, aguarda-se que apareçam muitos empreendedores com ideias e negócios, que possam trabalhar ali e criar sinergias, porque o espaço tem, agora, reunidas as condições para o efeito, aliás, estão a decorrer as inscrições. Por fim, terminaram o programa de visitas no Monte do Francisquinho, onde decorrem as obras para albergar ali um conjunto de associações e um polo de respostas sociais, ou seja, irá instalar 3 associações ligadas à área da intervenção social e que não têm instalações próprias, o Gabinete de Apoio à Vítima e salas de formação. Também inclui uma outra componente vocacionada para a juventude, nomeadamente um skate parque cujo projeto e layout poderão ter oportunidade de consultar, assim que estiver concluído.

Por fim, na sexta-feira, durante o período da manhã haverá atendimentos descentralizados com a vereação, consoante os pelouros e também irá ser disponibilizado digitalmente uma mostra de projetos para a freguesia. Recorda que no ano anterior, esteve patente na Biblioteca uma exposição, durante as 2 semanas, um conjunto de projetos que estavam em curso e que muitos deles felizmente, já estão em obra e outros adjudicados, mas existem outros, para além daqueles que aqui já mencionou, nomeadamente o projeto para a 2ª fase do Jardim José Maria dos Santos, para além desta mostra digital, informa que vão estar disponíveis, em formato de papel, na Junta de Freguesia de Pinhal Novo. A propósito do Jardim José Maria dos Santos, dá nota que a rotunda que se pretende fazer no denominado “triângulo dos Pinheirinhos”, uma obra que não faz parte da empreitada da 2ª fase do Jardim José Maria dos Santos, vai ser feita por um promotor de uma unidade comercial, que foi obrigado a contribuir para esta solução através de um contrato com o município e as Infraestruturas de Portugal, porque está inserido numa estrada nacional e tudo o que pode ser autorizado ali, tem de ser aprovado pela Infraestruturas de Portugal, portanto, é um projeto muito complexo, porque inclui raios de curvatura, inclinações, enfim, questões que têm de ser analisadas e aprovadas pela entidade competente que é a Infraestruturas de Portugal.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente** começa por agradecer a presença do público e menciona que, tratando-se de uma reunião ordinária descentralizada, o período que se segue é destinado à intervenção do mesmo. Concede a palavra a quem queira intervir.

Sr. Joaquim Santos (1.)

Cumprimenta os presentes e refere que está em representação 14 moradores e é a 3.ª vez que vem falar deste assunto, ou seja, da questão da água em Foros do Trapo que se arrasta desde 7 de julho de 2017, uma situação que apresentou, na última vez numa reunião de câmara, em novembro, mas devido às circunstâncias da pandemia, não tem insistido, no entanto, teve conhecimento que haveria esta reunião de câmara descentralizada e, optou por vir para expor a situação mais uma vez e questionar qual o ponto de situação, porque no seu caso, o inverno até foi grande e o seu furo até tem um metro cúbico de água, mas se colocar uma máquina de lavar roupa a funcionar, esse metro cubico de agua desaparece, portanto, juntamente com outros 3 vizinhos não têm água e os restantes têm muito pouca. Para além disso, os furos, em algumas daquelas residências, estão a muito poucos metros de distância das fossas sépticas, algumas com cerca de 50 anos e que representam um perigo para a saúde pública. Portanto,

questiona qual o ponto de situação deste problema, porque esperam não passar mais um verão sem água.

Sra. Maria Teresa Nunes (2.)

Cumprimenta os presentes e questiona sobre o tempo médio de resposta da autarquia aos municípios, porque enviou um pedido, por email, no dia 8 de março, do qual está a aguardar resposta. Em relação ao saneamento básico na Rua José do Nabo e no Bairro 25 de Abril, gostaria de saber para quando é que está previsto. Depois, sobre uma pintura na extensão do Centro de Saúde de Venda do Alcaide que reabriu há pouco tempo e gostaria também de saber para quando está previsto fazer um passeio na estrada municipal da Venda do Alcaide até à Palhota, porque as bermas são praticamente inexistentes e as pessoas têm dificuldades em circular ali a pé.

Sr. José Pedro Pereira (3.)

Cumprimenta os presentes, refere que é residente em Águas de Moura e aproveita para cumprimentar o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Pinhal Novo, especialmente pelo trabalho desenvolvido na freguesia, ao longo destes anos e sabendo que é o último ano que vai estar à frente dos destinos da freguesia, deseja tudo de bom para a sua vida pessoal e particular e agradece o trabalho que desenvolveu na freguesia. Em relação à Câmara Municipal, refere que acompanha o trabalho há vários anos e, desde já, também agradece ao Sr. Vereador Pedro Taleço e à Sra. Vereadora Fernanda Pésinho, pelo excelente trabalho que, através dos seus funcionários, tem sido desenvolvido em prol das populações e da cidadania, com rapidez, sobretudo em algumas questões que são colocadas e cujas respostas céleres e bem respondidas, de facto, demonstram um bom trabalho. Depois, dirige-se ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Palmela para dizer que o Poceirão é muito mais do que a Ermelinda Freitas, o vinho, aliás, tem muito mais do que isso, o Centro Cultural do Poceirão que à noite nem se vê, e nem nome tem exposto, é um edifício que nem uma placa identificativa tem. Depois, desde há 4 anos que refere que são duas as extensões do Centro de Saúde, uma em Águas de Moura e outra no Poceirão com uma distância entre eles de 7 km e, não têm uma placa informativa a informar onde ficam essas extensões, por isso, considera que devia haver mais placas informativas e, para além disso, nem sequer entende a razão de existir duas extensões de saúde e depois as vacinas para a COVID-19 têm de ser dadas em Pinhal Novo, ou seja, apesar da Junta de Freguesia e do município ceder transporte às populações, não percebe porque é que as pessoas têm de se deslocar para o Pinhal Novo para poder levar estas vacinas. Em relação aos transportes, refere que existe um autocarro de manhã e outro à tarde e, os miúdos vão para a escola pelas 6h30 da manhã e só voltam num autocarro perto das 19h00, portanto, referem que vai haver cerca de 200 carreiras de transporte público, através da Área

Metropolitana de Lisboa e pergunta se Águas e Moura e Poceirão vão ser contemplados com mais carreiras de transporte público de passageiros, já para não falar das estações ferroviárias, sendo que uma delas está fechada e a outra está abandonada. Depois, em relação ao sinal que existe junto à caixa de multibanco, quem vira em direção à passagem de nível, a placa que lá está virou-se com o vento, há cerca de 4 anos e, até à data, ninguém a mudou, ou seja, para a direita que é em direção de Águas de Moura, a placa é a de Pegões e para a esquerda, em direção a Pegões, está a placa para Águas de Moura. Depois, em relação à célebre Ponte do Zambujal, a qual o Sr. Presidente estava à espera de um projeto, pergunta se já está feito, porque a Ponte já está aberta, felizmente, porque a solução de fechar aquela Ponte era a mais fácil, mas cada entrada daquela ponte, de um lado e de outro, é cada vez mais intransitável, para além dos buracos, também precisa de limpeza. Recorda que falado que projetava-se para ali uma zona balneária e, de facto, dava jeito ter ali uma pequena zona de praia, mas se fecharem a ponte, as pessoas de Águas de Moura têm de percorrer cerca de 15km para chegar ao Zambujal. Em relação a Lagameças, verifica-se a necessidade de algumas infraestruturas, nomeadamente na Rua Joaquim Agostinho não tem água, quando passa a cerca de 300 metros, a Rua do Futuro também precisa de saneamento básico e, se calhar, deveriam fazer um levantamento na zona de Lagameças, porque nas zonas rurais fazia sentido também poder ter saneamento básico, porque as fossas são bastante dispendiosas. Ainda sobre a Rua do Futuro, ainda está à espera do telefonema que disseram que lhe faziam, aliás, já passaram 3 anos e, aquela rua tem uma descida muito acentuada e, quando chove, as areias descem para a estrada, causando ali muitas lombas e as águas ficam ali sem escoamento, porque não há por onde escoar. Relativamente à estrada da Lagoa do Calvo e a estrada das Lagameças, refere que estão em mau estado, quase intransitável, para além daquela curva perto do café, à saída das Lagameças para o Lau, pergunta qual é a solução para aquele pequeno troço de estrada, porque está ali cerca de 50 metros para alcatroar e pergunta se sempre fazem ali uma rotunda ou não. Refere ainda que, naquela zona, para mais de 20 anos que as valas e valetas não são limpas, antigamente havia o guarda-rios, mas isso desapareceu, o Ministério do Ambiente não fiscaliza e alguns proprietários limpam, outros não, enfim, ninguém os chama a atenção para limpar essas valas. Refere que algumas são da responsabilidade da autarquia e outras da responsabilidade dos proprietários, mas alguém tem de incentivar para essa limpeza. Aproveita para questionar como está o projeto para o Fernando Pó, nomeadamente a situação da escola e da casinha do guarda, por isso questiona se, realmente vão fazer ali alguma coisa para apoiar os vinicultores. Em relação à iluminação pública, refere que tinham dito que as lâmpadas led iriam ser colocadas este verão a todo o concelho, por isso espera que isso venha mesmo a acontecer. Por fim, refere que o programa da CDU, há 4 anos, recorda que falava num projeto para a construção de uma piscina para o Poceirão ou em Águas de Moura e, por isso gostaria de saber se sempre vai haver algum projeto ou não.

Face às questões apresentadas pelo Público, são dadas as seguintes respostas:

_ Em resposta ao Sr. Joaquim Santos (1.), o **Sr. Presidente** esclarece que a localidade de Foros do Trapo está no limite do concelho de Palmela, encravado também no concelho do Montijo e, de facto, é verdade que o Sr. Joaquim Santos já interveio em reuniões de Câmara do Montijo e, tal como já tinha referido anteriormente, o município de Palmela já fez, até em mandatos anteriores, mais do que uma diligência junto do município do Montijo, para arranjar uma solução para aquela zona, porque não se justifica fazer um furo, que demora anos e fica muito complexo fazer o respetivo abastecimento, porque são muitos quilómetros e nenhuma entidade reguladora aprova essa obra para meia dúzia de famílias, portanto, a solução passa pelo entendimento com o município do Montijo, mas esse entendimento, nos últimos anos, não tem sido bem-sucedido. Recorda que depois do Joaquim Santos ter estado presente na última reunião de Câmara, comprometeu-se fazer diligências nesse sentido e fez, uma vez que o Sr. Presidente da Câmara Municipal do Montijo não quis nunca reunir com a Sra. Vereadora Fernanda Pésinho, entendeu reunir, enquanto Presidente da Câmara Municipal de Palmela com o Sr. Presidente da Câmara Municipal do Montijo e, ficaram definidos os termos técnicos, jurídicos e políticos de como seria possível estabelecer um protocolo, tal como existe para outras zonas limítrofes do concelho com outros municípios, nomeadamente Moita e Setúbal e, o município de Palmela comprar a água em alta ao Montijo e distribui em baixa. Refere que a minuta de Protocolo foi enviada no dia 12 para o município do Montijo e, quando o município do Montijo aprovar o Protocolo, será apresentado em reunião de Câmara em ambos os municípios para a devida aprovação e depois, a obra irá ser encetada. Refere que já foi feito o projeto, ou seja, os técnicos de ambos os municípios já trabalharam nesse assunto e depois é avançar com a empreitada para o efeito. No entanto e, para não faltar à verdade e também para não criar falsas expectativas, informa que a obra não irá ficar pronta antes ou durante o verão, porque ao ritmo que as empreitadas estão, juntamente com a indisponibilidade de empresas com capacidade de resposta nesta área, infelizmente, pode apenas confirmar que da parte do município de Palmela há empenho em avançar para essa solução e, espera que os obstáculos anteriores tenham sido ultrapassados na reunião que foi realizada com o Sr. Presidente da Câmara Municipal do Montijo, porque este assunto já está previamente concertado e, neste momento, há um entendimento.

_ Em resposta à Sra. Maria Teresa Nunes (2.), o **Sr. Presidente** informa que o tempo de resposta ao email, o Código de Procedimento Administrativo refere 30 dias úteis, ainda assim, não é uma questão de cumprir ou não os prazos, porque, por vezes, é preciso perceber o tipo de pedido e se é passível de ser respondido de forma simples por email ou se é preciso informar de outra forma. De qualquer forma, se a Sra. Maria Teresa Nunes entender enviar o email diretamente para o endereço eletrónico do Sr. Vereador da área ou diretamente para o Gabinete de Apoio à Presidência, referindo que falou sobre o assunto em reunião de Câmara e

irá procurar saber o que se passa. Em relação ao saneamento básico na Rua José Nabo, no Bairro 25 de Abril, refere que está pendente da construção de um loteamento que foi abandonado há alguns anos e descontinuado, mas que, durante este ano foi novamente apresentado em reunião de Câmara já com um novo proprietário e foram aprovadas as condições de desenvolvimento da operação de loteamento, porque só se pode fazer ali a rede em baixa, ou seja, esgotos, para ligar à estação elevatória que é feita nesse loteamento. Portanto, esse é o compromisso que a autarquia tem com os moradores desse bairro, ou seja, assim que a operação de loteamento avançar, a autarquia irá efetuar a rede na Rua José Nabo e no troço da Rua 25 de Abril para ligar a esse loteamento que, por sua vez, irá bombear para o emissário da Simarsul, para onde também é encaminhado o saneamento de outras zonas. Relativamente à pintura do posto de saúde, esclarece que aquela extensão do Centro de Saúde foi construída pela população, através de comissões de moradores e com apoios do município e das juntas de freguesia, na época da cidadania ativa e, foi uma forma de poder ter um Serviço Nacional de Saúde que se dispunha a dotar aquele equipamento de meios para o efeito mas, neste momento, essas instalações pertencem ao ACES Arrábida, ou seja, são competência da Saúde e só vão voltar à responsabilidade do município, quando entrar em vigor, em março de 2022, através do processo de descentralização de competências, ou seja, esses equipamentos passam a ser uma das competências atribuídas aos municípios que ficam responsáveis pela conservação, manutenção e outras questões. Ainda assim, isso não impede que o município dentro da sua disponibilidade, em função de outras prioridades, possa fazer limpezas pontuais naquele espaço, como fez há algum tempo, sobretudo no momento em que esteve fechado e considerou-se que era uma boa altura para fazer essa limpeza, portanto, é uma questão que ficará em agenda para, quando houver possibilidade, possa ser feita. Em relação à estrada municipal, refere que o troço entre o cruzamento da Palhota e a parte do viaduto está em bom estado de conservação, e a parte que vem do viaduto irá levar um tapete betuminoso, ainda antes do Verão, numa empreitada que vai repavimentar também a parte da estrada das Lagameças que o Sr. José Pedro Pereira referiu. Aliás, aproveita para esclarecer o Sr. José Pedro Pereira que essa pavimentação irá até ao café do Pelixo e não é alcatroada aquela parte que foi referida, por uma questão de segurança, porque enquanto não se resolver aquela questão da alteração do PT da EDP, portanto, trata-se de uma empreitada que está anunciada e praticamente adjudicada, também inclui a reparação de pequenos troços na EM 533, EM 533-1 e EM 575. Em relação às bermas na EM 575, informa que há ali um problema com a drenagem pluvial, mas um dos lados dessa estrada está calcetado, ou seja, tem bermas de um dos lados da estrada, portanto, é uma situação que está a ser analisada tecnicamente, porque as águas pluviais têm de escoar na respetiva linha de água.

_ Em resposta ao Sr. José Pedro Pereira (3.), o **Sr. Presidente** em relação às diversas questões colocadas, esclarece que nem todas as questões têm de ser resolvidas pela autarquia,

no entanto, não é bem assim, portanto, esclarece que a Casa Ermelinda Freitas não fica em Poceirão, mas sim na freguesia de Marateca. Em relação ao Centro cultural do Poceirão, refere que já viu lá uma placa e se foi tirada, foi por algum motivo de conservação das paredes e dos mosaicos, aliás como já aconteceu em outras alturas e que tem em curso um projeto de beneficiação ligado à eficiência energética que vai permitir melhorar, não apenas o desempenho energético, conforto, mas também a requalificação das suas instalações. Em relação à sinalização das Extensões Centro de Saúde, é uma situação que já foi anotada pelo Sr. Vereador, numa das últimas reuniões, para apoiar com sinalética, independentemente da EN 5 até à próxima Assembleia Municipal ainda ser das infraestruturas de Portugal, porque depois aquele troço passa para a autarquia, como certamente já ouviu dizer, para depois, se poder colocar a sinalética direcional, quer no Poceirão, quer na Marateca. Relativamente à questão colocada sobre a vacinação, esclarece que os Centros de Vacinação, a localização, os requisitos e a forma como funcionam, são definidos pelo Ministério da Saúde e pelo respetivo ACES, no entanto, os custos estão a recair sobre a autarquia, sem qualquer compensação. Depois, para vacinar em várias extensões de saúde, seria necessário ter um médico especialista em reanimação em cada uma delas e, infelizmente, não há médicos nem enfermeiros suficientes, portanto, a opção do Ministério da Saúde foi centralizar os meios, o município tinha de ter instalações com aquela dimensão e áreas de circulação com capacidade para vacinar até mil pessoas diariamente. Esclarece ainda que é o município que está a pagar as botijas de oxigénio, todo o mobiliário, água, limpeza, higienização, desinfeção e pessoal auxiliar, mas aquilo que realmente interessa é ver o país sair desta situação o mais rapidamente possível. Depois, refere que também tem uma opinião pessoal sobre este assunto e já a referiu na reunião de Câmara que a informação que foi dada pelo Sr. Diretor do ACES Arrábida, foi que a vacinação seria feita também nos centros de saúde e, de facto, começou na Unidade de Saúde Familiar de Palmela, mas foi numa altura em que a vacinação era dada a um número muito inferior de pessoas, sendo que depois, a task force, entendeu que em determinados concelhos, a vacinação teria de ser dada em massa e desta forma como está a decorrer atualmente, até porque as Extensões de Saúde, para além de não ter pessoal e meios suficientes, também, não têm instalações capazes para conduzir este tipo de operações. Refere ainda que esta situação está programada até 31 de agosto e que a partir dessa data, aliás, no próximo ano letivo, espera que as crianças da preparatória já possam utilizar o pavilhão e, nessa altura, já seja possível vacinar de forma descentralizada outros grupos. Depois, recorda que a unidade móvel de saúde vai iniciar o seu funcionamento assim que a Saúde permitir e vai fazer a testagem em massa e alguma vacinação, aliás, está programada uma etapa de vacinação ao domicílio, para 23 pessoas, já na próxima sexta-feira, portanto, é uma situação complexa, mas salienta que são orientações nacionais que têm de ser seguidas, para que a vacinação decorra o mais rápido possível e abranja um maior número de pessoas. Relativamente aos transportes, esclarece que é sobejamente conhecida a posição do município sobre o reaproveitamento dos apeadeiros e as posições políticas que tem tido no Conselho Municipal de Mobilidade, aliás, tem transmitido aos

vários Secretários de Estado, a quem faz a exploração da linha, consoante a operadora, mas as respostas têm sido sempre um pouco evasivas, nomeadamente em relação à questão da procura e oferta, com questões técnicas e, de facto, o município não tem condições para pressionar mais do que aquilo que tem feito. Portanto, o município há muito que defende a reativação do apeadeiro e da Lagoa da Palha que, em termos de escala, tem muita procura, tal como o de Fernando Pó, no qual o município tem insistido, ainda foi possível realizar uma tentativa de reativação com aproveitamento turístico sazonal, ao fim de semana, mas que depois parou, também por causa da pandemia. Refere que estas questões ligadas à gestão dos transportes estão a ser tratadas na Área Metropolitana de Lisboa com os municípios, sobretudo a questão rodoviária, mas em relação ao transporte ferroviário, os municípios ainda não foram contactados para se pronunciar sobre isso e também não têm competências nessa área, apenas podem e devem reivindicar e, fazem-no, aliás, o município de Palmela tem reivindicado, até tendo em conta algumas unidades económicas, pelo menos Poceirão, que é uma localidade a considerar, mas a oferta é muito reduzida e, obviamente que não para em Fernando Pó. Em relação à Ponte do Zambujal, se o município começar a pressionar demasiado a Infraestruturas de Portugal chega lá e desmonta a Ponte e, depois, as pessoas ficam sem aquele acesso, aliás, recorda que foi assinado, há alguns anos, um protocolo com o município e com o proprietário da Herdade do Zambujal, no qual se comprometia em candidatar-se em conjunto com o município, para reabilitar a ponte, mas a candidatura não foi aprovada e, neste momento, não estão disponíveis candidaturas para a reabilitação daquele tipo de infraestruturas, aliás, é um projeto complicadíssimo, até do ponto de vista ambiental, portanto, ainda não houve a possibilidade de encontrar um financiamento que permita alavancar aquela infraestrutura. Recorda que no programa eleitoral está escrito o compromisso de reivindicar e procurar financiamento e não reconstruir, porque, obviamente que o município tem prioridades em todo o lado e o objetivo é encontrar, em qualquer programa de financiamento, seja da reabilitação de espaços turísticos ou rurais um financiamento para procurar pôr aquele eixo em funcionamento. Relativamente à estrada de acesso à escola de Fernando Pó e a casinha da Guarda, o município tem um projeto baseado num conceito e denominado Centro Rural Vinum que até foi bastante elogiado no país e na Europa, sobretudo na reabilitação do pavilhão, mas relativamente às outras componentes do projeto, esclarece que para levar em diante, são necessários parceiros públicos e privados, portanto, o município tem um projeto com promotores de grande qualidade para a casinha do Guarda e para a escola, mas a casinha do Guarda tem um contrato de arrendamento com um particular e a Refer não pode ceder à Câmara enquanto esse contrato se mantiver, em relação à escola de Fernando Pó está projetado fazer ali a Casa do Castelão, tem um projeto feito e será feita uma parceria com promotores locais na área do enoturismo, ou seja, estes projetos têm em vista arranjar também financiamento para as empresas locais, porque interesse público é o interesse coletivo. Portanto, o facto de falar-se nestes projetos, não se pode cobrar como se fosse uma promessa não cumprida do município, porque o município faz investimento público para que o

investimento privado acompanhe os seus projetos de intervenção no território, no entanto, o município não pode obrigar as empresas privadas a investir quando não têm condições para o efeito. Em relação à Rua Joaquim Agostinho, já foi explicado às pessoas que não dá para intensificar mais a pressão de água na rede, porque quando se constrói na periferia do concelho, tem autorização para construir com auto-infraestruturação, ou seja, tem de fazer um furo e colocar uma fossa séptica. O Município já estendeu a rede de água até ao limite que pode e, em muitas situações, não fatura sobre os resíduos e muitas outras situações, portanto, o município tem todo o interesse em faturar e não é por cerca de 300 metros que não faz esse investimento, pelo contrário, é por questões técnicas que não pode executar e, só quando forem criadas outras interligações naquele local é que é possível executar esse prolongamento da rede. Depois, em relação aos esgotos, nunca se fez tanto investimento em saneamento básico, só em Cajados foram cerca de 600.000€, Lagoa da Palha com 470.000€, em Lagoinha cerca de 450.000€, para a Lagoinha, Olhos de Água e Carregueira, o projeto ascende 1.000.000€, portanto, nunca se fez tanto investimento em infraestruturas. Depois, esclarece que por causa da dispersão geográfica, os esgotos só podem ser ligados onde houver emissários da Simarsul, porque ninguém faz uma ETAR no meio do nada, só quem constrói as ETAR são os sistemas multimunicipais, portanto, nessa zona onde era possível estender a rede de esgotos já se fez o que era possível e, é por isso que o PDM define quais as zonas onde se pode construir e não se deve construir, por uma questão de planeamento e também porque o Concelho de Palmela tem uma dispersão geográfica muito extensa, com 947 quilómetros de arruamentos públicos. Esclarece que o investimento que está a ser feito em Cajados vai servir pouco mais de 90 fogos, portanto, a ERSAR recusou e é o município que está a ter os encargos todos desse investimento, mas porque considerou-se que havia condições técnicas para o fazer e porque aquelas pessoas também mereciam, ao fim de tantos anos. Porém, tudo isto tem um limite, ou seja, no futuro serão utilizadas ETAR compactas com pré-tratamento e sensibilizar as pessoas para práticas mais ecológicas no aproveitamento de água, porque, atualmente é isso que os especialistas defendem. Em relação à Estrada da Lagoa do Calvo, refere que está programada a repavimentação para o próximo mandato, a Estrada das Lagameças tem a empreitada adjudicada por 300.000€ e, relativamente às Valas Reais é um problema, aliás, a Agência Portuguesa do Ambiente nem sequer responde ao município. Esclarece ainda que, de facto, as valetas das estradas municipais são da responsabilidade do município e das juntas de freguesia na limpeza e desobstrução, mas é um facto que os sistemas de drenagem não funcionam a montante e a jusante se não houver limpeza das linhas de água e, tal acontece quando um ou outro proprietário não efetua a limpeza da linha de água que passa pelo seu terreno, portanto, cabe ao município sensibilizar todos os proprietários, para cada um fazer a sua parte, por vezes tem de intervir coercivamente, mas é imprescindível ter a colaboração da Agência Portuguesa do Ambiente que, infelizmente, nos últimos 30 anos, não intervém ativamente nestas questões, não há fiscalização eficiente nesta área. Portanto, esclarece o Sr. José Pedro Pereira que o município está empenhado em ajudar a resolver os problemas, mas

alerta que é preciso saber distinguir quais são as competências de cada entidade, no entanto, mesmo nas questões que não são da responsabilidade direta do município, não deixa de reivindicar, pressionar para que esses problemas venham a ser resolvidos, porque tem todo o interesse que as populações se sintam satisfeitas. Recorda que em relação às extensões de Saúde no concelho, o município solicitou ao ACES Arrábida uma lista atualizada do estado de funcionamento de cada uma das extensões, porque os cidadãos movimentam-se em vários sítios, através das comissões de utentes, porque o que consta nos horários expostos numa ou noutra extensão de saúde, de facto, não corresponde à verdade, não estão a funcionar como deveriam estar, portanto, é preciso arranjar uma solução para estabilizar estas extensões para que possam, efetivamente começar a praticar uma medicina preventiva, familiar e dar a devida resposta aos cidadãos. Em relação à iluminação pública em LED, esclarece que já existe em todas as freguesias do concelho por via dos contratos que foram estabelecidos com a EDP e, vai ser adjudicado, hoje, numa proposta em reunião de Câmara, o processo que permite generalizar iluminação pública em LED a todo o concelho, através de um programa de eficiência energética que irá trazer uma poupança para o município e ter a possibilidade de alargar o wireless, enfim, é um programa que vai possibilitar melhorias na rede. Por fim, esclarece que em relação à piscina na freguesia de Poceirão ou Marateca, a CDU nunca prometeu tal situação, aliás, os partidos políticos e os movimentos que existem, nos seus programas eleitorais, podem prometer o que entender, mesmo sem levar em conta os custos e os requisitos, no entanto, a CDU sempre teve em atenção as obras municipais e, confessa que também gostaria de ver construída nessas localidades uma piscina, mas é algo que terá de ser pensado no futuro, sem criar falsas esperanças nas populações ou fazer promessas vãs.

O Sr. Presidente volta a dar a palavra ao público.

Sra. Marina, Associação Entre Ruas (4.)

Cumprimenta os presentes e refere que está em representação da Associação Entre Ruas, uma associação de moradores da zona que abrange o Aceiro do Costa até ao cruzamento dos Arraiados. Refere que a Associação tem feito várias intervenções no sentido de melhorar as condições dos moradores daquela zona que continua a crescer com construções novas e reabilitações de casas antigas e, aproveita para agradecer a aprovação da passagem pedonal que liga a Rua do Alentejo ao Pinhal Novo, mas ainda falta saber quando é que a Infraestruturas de Portugal a irá executar, mas não deixa de ser uma boa notícia e, naturalmente que a Associação irá pressionar para se fazer essa obra mais rapidamente possível, porque, parece que os investimentos na ferrovia é uma das prioridades deste Governo. Refere que uma das reivindicações desta Associação já foi aprovada, nomeadamente a elaboração do projeto para o arranjo do Aceiro do Miranda e pergunta sobre o Aceiro de São

Pedro que, finalmente foia a concurso. Refere que existem vários investimentos de empresas que, por enquanto, estão um pouco estagnadas naquela zona, para além do reforço da zona agrícola que continua também a fazer-se e, é importante porque há sempre muitos camiões pesados a passar por aquela zona, danifica muito o pavimento, por exemplo, o Aceiros dos Arraiados já apresenta alguns problemas, pois em alguns sítios, o pavimento está a ceder nas bermas. Também relata que o Aceiro do Marcolino tem já cerca de 1 m2 com buracos bastante acentuados junto à Rua do Alentejo. Refere que em relação a outros aspetos, a associação está muito contente, porque sempre lutou para que a recolha ecológica fosse feita e, agora, felizmente não falta contentores para a reciclagem. Em relação à limpeza, refere que infelizmente está relacionada com um problema de falta de civismo, porque as pessoas continuam a depositar os resíduos ao lado dos contentores, portanto, não se pode colocar a culpa só na recolha que não é feita diariamente, mas considera que a autarquia devia investir mais na recolha porta-a-porta, sobretudo, naquela zona que apesar de ser difícil, esta recolha não pode ser apenas feitas nos bairros chiques. Ainda assim, reitera que há pouco civismo, apesar de acreditar que a maior parte das pessoas que vão ali depositar os monos nem sequer são moradores daquela zona, porque essas pessoas conhecem os dias da recolha e não iriam deixar esses monos duramente uma semana à sua porta, aliás, são, na maioria, empresas que vão descarregar o mais variado tipo de lixo, que só com a intervenção das autoridades de segurança é que pode ser resolvido.

_ Em resposta à Sra. Marina, representante da Associação Entre Ruas (4.), o **Sr. Presidente** refere que de uma forma geral, a maior preocupação é com os tais buracos no Aceiro do Marcolino, aliás, o município ainda tentou que a empresa, dentro da garantia da obra, fizesse aquele remate de uma melhor maneira, mas como também é um espaço pequeno, num futuro próximo, o município executa ali, por administração direta, aquela reparação. Quanto aos outros 2 arruamentos, refere que fazem parte do compromisso assumido pela autarquia e, no mês de maio, irão ser lançados os últimos procedimentos, porque tratando-se de concurso público, demora sempre mais tempo, cerca de 2 ou 3 meses, mas a obra irá fazer-se, até porque já tem o financiamento assegurado.

Sr. Manuel José Faria (5.)

Cumprimenta os presentes e refere que reside em Arraiados, na Rua das Alegrias, perto do Museu da Música Mecânica e vem à reunião de Câmara falar sobre o mau estado do piso, porque a rua tem sempre muitos buracos, sobretudo quando chove, junto à parte alcatroada, parece uma pequena barragem e, por isso pedia que, assim que fosse possível, a autarquia pudesse colocar um bocado de alcatrão ali até à Tia Delgadinha, são cerca de 600 metros.

Sr. João Marques (6.)

Cumprimenta os presentes, refere que é residente na Venda do Alcaide e por causa da pandemia da COVID-19 ficaram confinados e diversos estabelecimentos comerciais e coletividades ficaram fechados e, é com muita tristeza que vê as coletividades fechadas porque, nas zonas rurais e semirurais, as coletividades representam o local de convívio para as populações e, para além disso têm custos fixos e não têm recursos financeiros para se manter fechadas, portanto, solicita que a autarquia pondere a possibilidade de criar um apoio financeiro extraordinário às coletividades do concelho, para poder reativar algumas que atravessam maiores dificuldades. Em relação à Venda do Alcaide e à Extensão do Centro de Saúde refere que fica muito satisfeito que volte a abrir, recorda que foi feito um abaixo-assinado para tentar resolver a situação, aliás, refere que compreendeu a razão por que fechou, mas não entende qual foi o motivo de ter estado tanto tempo fechado. Também em relação à Extensão do Centro de Saúde, apela à Sra. Vereadora Fernanda Pésinho para dar uma atenção muito especial e tentar encontrar uma solução para o problema dos monos e lixos junto aquelas instalações, porque é lamentável que aquele espaço pareça sempre uma lixeira. Percebe que a autarquia não consegue estar em todo o lado, ao mesmo tempo, mas ali, são depositados, quase diariamente, lixo e monos, portanto, considera que é preciso arranjar uma solução para aquele problema porque é inadmissível. Em relação às bermas na Rua Zé Nabo, de facto, considera que deve ser repensado, porque é necessário construir as bermas todas em calçada espraçada para que as pessoas possam circular a pé com maior segurança e também por causa das águas que danificam o pavimento mais rapidamente. O mesmo se passa com a Estrada da Venda do Alcaide, porque recorda-se que o Sr. Presidente disse que iriam fazer por administração direta, uma parte das bermas, aliás, começaram a fazer uma parte das obras de calcetamento, mas só calcetaram umas partes e outras não, enfim, não consegue perceber. Acrescenta ainda que, daquilo que sabia, quando alguém constrói uma casa, a autarquia exigia que fizesse o passeio à frente dessa casa e aquelas zonas onde andaram a fazer o calcetamento, nenhuma daquelas casas fez o calcetamento. Depois, em relação à Rua 1.º de Maio no Bairro do Pinheiro Grande, pede para que seja pavimentada, espera que seja para breve, porque é uma rua que faz a ligação à Venda do Alcaide. Refere que, neste momento, está a decorrer a obra de pavimentação da Rua do Montinhoso, uma obra muito importante que liga a Venda do Alcaide à Estrada Nacional, mas pergunta qual o ponto da situação dessa obra e para quando está prevista a sua conclusão. Depois, volta a falar da Rua Jaime Baião, em Venda do Alcaide, uma das ruas mais antigas e principais, ainda é de calçada e apesar de já ter sido feitas várias obras de infraestruturas, mas a calçada não ficou composta e ficou cada vez mais irregular e, por diversas já falou nisso, por isso, propõe mais uma vez que essa rua seja alcatroada, porque, recorda-se que o Sr. Presidente ter dito que alguns moradores queriam, outros não queriam a estrada alcatroada e, por essa razão, resolveu ir falar com os moradores e, nenhum lhe referiu que não queria a estrada alcatroada, aliás, ainda lhe disseram que

ninguém alguma vez lhe perguntou isso, portanto, não sabe de onde o Sr. Presidente obteve essa informação, porque, de facto, é verdade que há muitos anos, também não queria ver aquela estrada alcatroada, mas isso foi há muitos anos, há muito mais de uma década, portanto, atualmente nenhum dos moradores é contra o alcatroamento daquela rua, mas se não puder ser alcatroada, pelo que seja arranjada com preceito, porque o piso está demasiado irregular e até é uma rua relativamente pequena, por isso deixa aqui, mais uma vez, este pedido.

Sr. João Manuel Chaleira Damas (7.)

Cumprimenta os presentes e refere que tem algumas questões para apresentar, sendo que a primeira é sobre a Rua 1.º de Janeiro e o funcionamento dos esgotos, porque constantemente vêm o ressurgimento de água de esgoto naquela rua em duas ou três tampas que, por acaso é uma rua muito movimentada, com muitas pessoas a circular a pé e de bicicleta e criam-se ali poças de esgoto e é muito mau. Hoje, por acaso está limpa, por isso, refere que não consegue perceber o que se passa ali naquela rua. Em relação à obra da Salgueirinha, refere que a obra está no terreno desde a da zona do Vale do Alecrim, praticamente até à autoestrada, ou seja há obra em quase todo o sítio, mas não está nada pronto, nem as obras de arte que já foram instalados, nem as valas estão ligadas, portanto, aquilo está como o Sr. Presidente já deu a entender, sujeito a outras entidades, nomeadamente a EDP, porém, aquilo que mais questiona é na zona a sul da Rua da Barcarrota, devido ao desnível da vala, criou-se ali um canal de água estagnada, recebe a água da ETAR, os sólidos em suspensão são demasiados e vê-se a fermentação daquelas lamas a borbulhar ali, portanto, aquilo precisa de ter uma solução rápida, porque está a chegar o tempo quente, as melgas e mosquitos começam a aparecer, enfim, considera que aquela situação só se resolve fazendo as ligações e não percebe qual é o problema naquela zona a sula da Rua da Barcarrota, porque se na Rua 1.º de Janeiro é a questão do gás, ali, não percebe o que se passa. Para além disso, pergunta se a ETAR está a funcionar em condições, porque já lá foi e verificou que à saída da ETAR está um monte de espuma com mais de um metro de altura, por isso ficou com a ideia que a ETAR pode não estar a funcionar bem ou então está sobredimensionada. Percebe que a ETAR é da gestão da Simarsul e que a autarquia, provavelmente só poderá ter alguma influência, mas considera que a situação é grave. Depois, refere que quando se anda pelo concelho, pode observar-se que é construída uma casa de cerca de 90m², a obra fica concluída e, passado algum tempo, verifica-se um acrescento, surgem a anexos, piscinas, por isso, questiona se a autarquia tem algum mecanismo instalado para acompanhar estas situações, porque uma situação é construir num terreno aquilo que é permitido e outra é fazer diversas construções, provavelmente, muitas delas sem a devida autorização e ultrapassando os limites legais daquilo que se pode construir. Também pergunta se a autarquia autorizou a instalação de um parque de estacionamento de galeras TIR no meio de uma vinha na zona da baixa de Batudes/ Montinhoso, porque considera

que aquilo destrói a paisagem, há para não referir que é uma zona agrícola. Por fim, refere que a recolha de lixo mantém-se sem solução, particularmente os contentores de reciclagem, pelo menos aqueles que estão colocados na zona onde reside, estão mal concebidos, as pessoas reclamam, protestam porque não conseguem fazer o depósito do lixo em condições e isso tem de ter uma solução. Para além disso, também não recipientes para depositar as pilhas, os óleos alimentares num bairro que até é relativamente grande, portanto, em relação à recolha de resíduos, considera que não há informação sistemática para levar os cidadãos a fazer estas deposições em condições, por isso a autarquia tem de exigir uma solução a quem presta este serviço, porque só assim pode dar uma resposta firme aos munícipes.

Face às questões apresentadas pelo Público, são dadas as seguintes respostas:

_ Em resposta ao Sr. Manuel José Faria (5.), o **Sr. Presidente** sobre a Rua das Alegrias, refere que é uma das ruas que não está no programa de mandato, esteve prevista, em tempos, o alcatroamento, porque estava prevista a construção de um troço que resultava da plataforma logística que, infelizmente, não chegou a avançar. Contudo, a autarquia está a trabalhar numa solução, para poder integrar também esse compromisso no próximo mandato ou até por via de outros investimentos que estão a ser preparados para aquela zona, poder imputar a quem vier a fazer esses investimentos, pavimentar três arruamentos naquela zona. Refere que existe um compromisso para a Rua dos Cavaleiros, que foi a mais votada no “Eu Participo”, ainda assim, porque estão em ano de eleições, não vai lançar nem prometer nada relativamente a esse processo sem primeiro apresentar às pessoas. Reconhece que é um arruamento que tem cada vez mais circulação, com um conjunto de moradias considerável, sobretudo por ser um dos acessos ao Museu da Música Mecânica, portanto, o município está a trabalhar numa solução para ali, no entanto, recorda que o concelho tem centenas de quilómetros de aceiros e, apesar do município ouvir as populações nos processos de participação, priorizando alguns projetos avançam mais depressa que outros, ainda assim, mas para quem prometeu 19 e fez 46 durante este mandato, aliás, as pessoas depois, podem conferir nos programas de mandato.

_ Em resposta ao Sr. João Marques (6.), o **Sr. Presidente** relativamente aos apoios extraordinários às coletividades refere que, recentemente foram atribuídos apoios financeiros extraordinários, por exemplo, aos grupos folclóricos que não tiveram atividade há mais de um ano, aliás, o município, recentemente também aprovou apoios ao movimento associativo, superior a 125 mil euros, sem contar com outros contratos-programa, sobretudo com os clubes desportivos para outras obras mais avultadas, cujo financiamento só avança se as candidaturas desses clubes desportivos forem aprovadas, sobretudo, num ano em que isentaram o pagamento de tarifas fixas de água, de saneamento e resíduos, já para não falar que Palmela tem o tarifário mais barato para a água, saneamento e resíduos da Área Metropolitana de

Lisboa. Portanto reconhece a situação atual das associações, porque reúnem com o município e, receberam o apoio à atividade, mesmo sem ter tido nenhuma atividade e, isso constitui um apoio extraordinário, sobretudo num ano em que o município também teve despesas que não estavam pensadas e, recebeu menos receita, por causa das isenções, reduções e moratórias, no âmbito do combate ao COVID-19. Recorda que o município apoiou de forma extraordinária as IPSS do concelho, porque houve alturas em que não tinham dinheiro para comprar material e equipamento de proteção, que foi disponibilizado pela autarquia, para não deixar de dar resposta social e, isso também constitui um apoio extraordinário que foi atribuído, portanto, em relação ao movimento associativo, o município não pode ir mais longe. Portanto, o município está consciente da situação e também lutou para que houvesse apoios às coletividades de cultura e recreio, em maio do ano passado e, de facto, com a pressão da Federação Portuguesa de Coletividades de Cultura e Recreio, houve uma linha de apoio, mas foi insuficiente, no entanto, nunca faltou o apoio do estado local. Relativamente à gestão da extensão do Centro de Saúde, recorda que os médicos e enfermeiros também estiveram em confinamento, uns por infeção e outros porque também são doentes de risco, portanto, esta foi a explicação que deram. Em relação às bermas em calçada, esclarece que a obrigatoriedade das pessoas calcetar o passeio em frente às suas residências após a construção depende do que ficou estabelecido nos alvarás de loteamento, mas nas zonas rurais não é assim, aliás, foi anteriormente explicado que a autarquia iria começar na berma contrária, porque a outra está feita, em troços onde houvesse uma zona de suporte, nomeadamente muro ou vedação devidamente licenciada e com o afastamento que foi imposto na época, portanto, quando se construir as restantes vedações, a autarquia irá dar continuidade ao calcetamento. Depois, refere que foi necessário distribuir a empreitada de calçadas por várias necessidades idênticas que existem no concelho, pelo que já está previsto executar mais troços, sobretudo na Estrada da Venda do Alcaide, porque na Rua José Nabo, o compromisso é fazer também do outro lado, mas com a execução das infraestruturas pluviais. Ainda sobre calçada, de facto, a Rua Jaime Baião está muito irregular, aliás, já contactaram a Junta de Freguesia de Palmela para que execute a reparação da calçada, porque encontra-se no âmbito do protocolo de transferência de competências e, a opção de alcatroar, refere que conhece opiniões diferentes, mas isso não significa que não haja uma maioria, no entanto, quem decide tecnicamente e politicamente é a autarquia e da reunião que foi feita com a Associação de Moradores, o sentimento de algumas pessoas foi diferente, mas, a autarquia está disponível para, em conjunto com a Junta de Freguesia de Palmela, fazer ali a reparação daqueles abatimentos porque, de facto, são desconfortáveis.

O **Sr. João Marques** intervém, mas não fala ao microfone, pelo que não é possível transcrever em ata.

O **Sr. Presidente** refere que cada um tem a sua opinião, aliás, esclarece que esteve no local em reuniões com os residentes, promovidas pela Associação de Moradores, mas foram discutidos outros assuntos, portanto, se algumas pessoas não se reveem na Associação, por divergências de opinião, não compete à autarquia fazer esse tipo de julgamentos.

O **Sr. João Marques** volta a intervir, mas não fala ao microfone, pelo que não é possível transcrever em ata.

O **Sr. Presidente** refere que vai ser alterado com a construção de uma gare própria para os ecopontos, mas a pintura da passadeira estava incluída numa empreitada e, mesmo que não tenha agradado algumas pessoas, garante que foi a solução para a GNR deixar de autuar os moradores daquela zona, portanto, em relação aos contentores é uma questão que tem de ser tratada com a Amarsul que ficou de construir gares e colocar os aros para os contentores, começando pelos Centros Urbanos que, ainda, nem sequer concluíram, quanto mais nas zonas da periferia.

_ Em resposta ao Sr. João Manuel Chaleira Damas (7.), o **Sr. Presidente** refere que o município gostava de ter ilhas ecológicas em todo o lado, mas custa cerca de 40 mil euros, aliás, vai ser instalada uma no largo da Mitra, mas a Amarsul, neste sistema multimunicipal que os governos decidiram privatizar, dando a maioria do capital a uma empresa privada que, na sequência de fundos comunitários que receberam, tiveram de aumentar a recolha seletiva em 2 anos e, de facto, o concelho de Palmela deu uma excelente resposta, em termos de recolha seletiva, mas também é uma realidade que está mal gerida em termos de recolha, nos espaços de arrumação no espaço público e na solução de contentorização, no entanto, anuncia que a Amarsul comprometeu-se com todos os municípios da península a alterar as tampas dos contentores para o cartão e até anunciou um projeto-piloto no concelho de Alcochete e se resultasse, iriam estender aos outros municípios da península, a partir de setembro. Depois, é um facto, que diariamente saem emails dos serviços municipais informar a Amarsul em relação a contentores que estão por recolher. Em relação à recolha porta-à-porta, refere que o Bairro Xavier de Lima e a Urbanização Vila Paraíso vão ser integrados na 3ª fase, em Pinhal Novo, mas o município só avança, quando a Amarsul avançar porque é uma recolha integrada. Aliás, refere que já foi aprovada uma candidatura para um projeto de recolha de biorresíduos, que também vai ser experimentado nas moradias unifamiliares e nas zonas de maior concentração urbana. Relativamente à Rua 1.º de Janeiro, é provável que haja algum estrangulamento da rede, porque tem conhecimento que os serviços municipais, costumam ser chamados a intervir, mas com o investimento que vai ser feito na Rua dos Vinhedos e as obras de construção que vão ser realizadas ali perto, essas infraestruturas vão ter de ser feitas e, só posteriormente é que irá proceder-se à pavimentação da Rua 1.º de Janeiro e a Rua Infante D. Henrique, após a remodelação dessas redes, o prolongamento a realizar pelo promotor imobiliário e o novo atravessamento da Ribeira da Salgueirinha, que está atrasado naquele local por causa desta questão da Setgás, portanto, espera que com esta intervenção, seja possível perceber qual o problema daquela tampa de saneamento. Em relação à ETAR, esclarece que está a funcionar e quando não funciona, o município é avisado e também é fiscalizada pela Agência Portuguesa do Ambiente com análises mensais, portanto, a ETAR está dimensionada. Quanto à espuma,

enfim, aquelas águas mesmo já tratadas, com a circulação provoca aquela espuma, no entanto, esclarece que é uma situação que é acompanhada pelo município e por moradores que estão mais atentos que, felizmente alertam quando há algum problema. Em relação às obras da Ribeira da Salgueirinha, refere que não consegue transmitir todos os pormenores técnicos que lhe foram explicados, mas, é um facto que as águas têm de ficar paradas ou desviadas, em determinados locais, porque de outra forma, não seria possível trabalhar nessas zonas, mas, de facto, a água está parada há demasiado tempo ali naquele local e tomaram conhecimento, hoje, que o viaduto da Rua de Barcarrota passa por cima da linha de água e vai ter de ser alterado. Portanto, é um facto que trata-se de uma situação que começa a preocupar, sobretudo com a chegada do verão, mas espera que estas paragens, sejam por questões técnicas ou por questões de articulação com entidades se resolvam, até porque a prorrogação para a obra é até setembro. Relativamente à fiscalização de obras particulares, refere que o concelho de Palmela está sob grande pressão imobiliária e, encontra-se num território que tem de ser preservado, com um conjunto de condicionantes de espaços naturais, muitas linhas de água e, infelizmente há pessoas que, de facto, licenciam uma construção e, depois fazem outra. É uma situação que é fiscalizada seja pelos serviços de urbanismo, no entanto, a legislação pressupõe o controlo sucessivo e não o controlo prévio e, esse controlo sucessivo tem de ser feito por amostragem, portanto, infelizmente há milhares de processos e poucos recursos humanos para fiscalizar, porque o concelho de Palmela é muito extenso, aliás, é o maior concelho da Área Metropolitana de Lisboa, com muitas áreas de edificação dispersa e com zonas de áreas urbanas de génese ilegal. Em relação ao parque de estacionamento no meio daquela vinha, informa que a autarquia não autorizou e nem tem de autorizar e, refere que também não gosta de ver aquela situação, aliás, nas visitas que fizeram às empresas, durante esta semana, estiveram numa empresa de logística que se queixava, precisamente por ter ali perto um parque de pesados, com serviços e tarifas acessíveis, mas há um conjunto de operadores, do mesmo setor, a flexibilizar estas questões e, depois como são proibidos de estacionar nos arruamentos e nos centros urbanos, adquirem terrenos para fazer esse parqueamento. De facto, numa vinha tão bem arranjada, aquele parque fica feio, é inestético, porém é uma situação que não está sujeita a licenciamento da autarquia.

A **Sra. Vereador Fernanda Pésinho** cumprimenta os presentes e esclarece que trata-se de vários camiões situados naquele espaço e se estiver a ser realizada alguma atividade, de facto o Regime Jurídico de Urbanização e Edificação tem uma norma que refere que a alteração do uso do solo para fins não exclusivamente agrícolas, pecuários ou florestais, está sujeito a autorização (mas que passa um pouco despercebida), no entanto, é uma situação que deve ser aferida no local e adotar-se o procedimento devido.

O **Sr. Presidente** refere que a alteração de uso do solo coloca-se quando há uma proposta de uma edificação. Aquela situação é invulgar, no entanto, a autarquia irá ver o que se passa. Ainda sobre outras questões colocadas pelo Sr. João Manuel Chaleira Damas, nomeadamente sobre a deposição de pilhas, esclarece que a Amarsul, ou seja, os sistemas multimunicipais

deixaram de ter essa competência, atualmente é uma questão que Ministério do Ambiente entende que estes resíduos devem ser entregues nas lojas que vendem pilhas, mas há muitos ecopontos que ainda lá têm o local para colocar as pilhas e, considera que devem continuar a ser utilizados, porque mesmo que a Amarsul não trate desses resíduos, pode tratar da entrega às firmas que o fazem.

O Sr. Presidente volta a dar a palavra ao público.

Sra. Palmira Hortense (8.)

Cumprimenta os presentes e refere que depois de ouvir as suas explicações do Sr. Presidente em relação às intervenções que foram feitas, relativamente à freguesia de Pinhal Novo coloca uma questão que tem colocado várias vezes, ou seja, questiona para quando o estacionamento nas traseiras da Praceta Lorosae, junto à Rua de Cabo Verde que, agora retomadas as aulas presenciais ficou novamente caótico, aliás, já houve moradores que ficaram com o carro preso, porque houve quem estacionasse o seu veículo em cima do passeio no acesso às garagens. Em relação à Rua da Lagoa da Palha Velha, sobretudo nos acessos ao viaduto por cima da autoestrada, tem pinheiros como ramos tombados e que estão a cortar a visibilidade aos condutores. Refere que houve alguns moradores que contactaram a Brisa e que lhes foi dito que a responsabilidade era da proteção civil municipal. Em relação à rua que dá acesso ao parque de campismo, refere que as valetas não foram limpas, têm muitas silvas e é um arruamento estreito, sobretudo quando há um cruzamento de 2 veículos. Relativamente à questão da iluminação pública em Pinhal Novo, porque pode confirmar hoje que as luzes permanecem acesas durante o dia, nomeadamente na zona da Praça da Independência, na Rua Luís de Camões.

Sra. Maria Teresa Nunes (2.)

Refere que não entendeu se tinha de reencaminhar o email.

O **Sr. Presidente** aconselha a Sra. Maria Teresa Nunes reencaminhar o email para o Gabinete de Apoio à Presidência.

A **Sra. Maria Teresa Nunes** refere que aquela estrada Humberto Delgado já há muito tempo que estava para ser alcatroada e finalmente foi, mas continua a não ter bermas, nem passeio e, para além disso, junto aos contentores do lixo perto da sua residência, no lote 1B, a obra ficou para finalizar, ficaram lá muitas pedras e, por isso pergunta se vai ter de ficar à espera por mais dez anos, como esteve à espera de um contentor para o lixo, ou seja, recorda que há 4 anos, o Sr. Presidente falou em fazer um projeto para o gás canalizado para aquela estrada, no entanto

o seu lote e os lotes dos seus vizinhos, ficaram de fora desse plano, portanto, pergunta se também esta questão vai levar cerca de 21 anos para ser uma realidade, tal como demorou para a estrada ser asfaltada.

Face às questões apresentadas pelo Público, são dadas as seguintes respostas:

_ Em resposta à Sra. Palmira Hortense (8.), o **Sr. Presidente** relativamente às questões apresentadas pela Sra. Palmira Hortense, esclarece que quando houver possibilidades, o município irá fazer 2 bolsas de estacionamento para criar mais alguns lugares naquela praça, mas, neste momento, a prioridade foi dada a uma zona que tem sido muito pressionada pela GNR, na Rua Henrique de Barros e na Urbanização Monte Novo, para a qual está previsto fazer uma caixa de estacionamento. No entanto, o estacionamento que existe atualmente é aquele que foi exigido pelo PDM e com uma escola ali, a pressão aumenta e, por vezes essas situações acontecem. Em relação aos ramos tombados dos pinheiros, de facto a proteção civil pode notificar quem de direito, até porque é do conhecimento da Sra. Palmira que aquele viaduto foi construído pela Brisa, mas se houver necessidade, poderá efetuar-se o desbaste dos respetivos pinheiros, porque tem condições para o fazer, aliás, o município e a proteção civil têm estado a fazê-lo, neste momento. Em relação à Rua do Pinhal da Salgueirinha, a rua que dá acesso ao parque de campismo, esclarece que a desmatagem de bermas está em curso e vai ser realizada e, no final de maio vai voltar a ser feita, também por causa dos incêndios.

_ Em resposta à Sra. Maria Teresa Nunes (2.), o **Sr. Presidente** refere que tem de corrigir as afirmações da Sra. Maria Teresa Nunes, porque o compromisso da Rua Humberto Delgado, foi colocado no programa eleitoral deste mandato e está executado e, depois, sobre a questão do gás canalizado, refere que às vezes as pessoas falam do que não conhecem, por isso esclarece que um loteamento, se tiver no plano o gás canalizado ou não, é da responsabilidade e vontade do promotor que tem de fazer a apresentação dessas redes a quem tem a concessão para o fornecimento do gás na península de Setúbal. Portanto, não é responsabilidade do município haver ou não, gás canalizado em determinadas ruas do concelho, pois trata-se de uma opção do promotor e de quem tem a concessão para o fornecimento dessa rede. Depois, certamente que não esteve 10 anos à espera da colocação de um contentor de resíduos sólidos urbanos, até porque os contentores são para uso público e têm um determinado raio de colocação de acordo com o que está estabelecido no Regulamento, ou seja de 200 metros e dá para 8 fogos, portanto, se houve alguma outra questão, não vai conseguir responder aqui, no entanto, ressalva que gosta de falar com rigor e, se a reclamação da Sra. Maria Teresa Nunes é sobre esta matéria, ser-lhe-á devidamente respondida. Em relação à obra inacabada, sem passeio, esclarece que a Rua Humberto Delgado tem de ter passeio na zona do perímetro urbano e, foi executada a pavimentação da estrada e colocou-se um lancil em zonas que até nem era para

ser colocado e o município está disponível para ir um pouco mais além do que aquilo que estava na empreitada, dialogando com as pessoas e tentar perceber o que aconteceu, porque em abstrato, não consegue esclarecer se fazia ou não parte da empreitada. Refere ainda que nessa rua, até colocaram mais contentores do que estava inicialmente definido e, tratando-se de uma obra da rede viária, porque os contentores de resíduos sólidos são colocados em função da pressão e da necessidade do local e onde se verifica a necessidade de reforçar a contentorização.

A **Sra. Maria Teresa Nunes** intervém, mas não fala ao microfone, ou seja, não é audível, pelo que não é possível transcrever em ata.

O **Sr. Presidente** refere que estrada tem sinalização vertical e horizontal, porém é expectável que as pessoas não cumpram, aliás, é habitual depois de uma estrada pavimentada, as pessoas queixarem-se do excesso de velocidade e pedirem lombas. Portanto, esclarece que vai haver um reforço da sinalização e até poderá vir a ter um reforço com bandas cromáticas e aviso de aproximação de zona urbana, até porque o Código da Estrada refere, claramente que têm de circular a 50 km/h.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, os seguintes documentos:

. **Saudação** (25 de Abril e 1.º de Maio). – dos/a eleitos/a da CDU

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação ao 25 de ABRIL.** – dos/a eleitos/a do PS

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Queijaria Simões).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Beatriz Sanheiro).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

O **Sr. Presidente** passa à leitura da saudação que se transcreve:

. Saudação (25 de Abril e 1.º de Maio) – dos/a eleitos/a da CDU

“Em 2020 vivemos as comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio em confinamento, com justificada preocupação, mas sem tempo suficiente para refletirmos sobre a experiência nem para fazermos previsões quanto ao futuro. Tudo era novo e assustador, e o valor da Liberdade adquiriu uma nova dimensão.

Um ano volvido, e a batalha contra a COVID-19 transformou-se numa longa e penosa guerra, que registou, no início de 2021, o seu episódio mais trágico. É, pois, legítimo que a reflexão sobre o 25 de Abril e o 1.º de Maio nos remeta, este ano, com especial enfoque, para a Saúde e a situação inesperada que se abateu sobre nós, levando-nos a rever sonhos, prioridades e perspetivas. O Serviço Nacional de Saúde (SNS), uma das maiores conquistas de Abril, enfrentou uma duríssima prova e, apesar de fragilizado por anos de desinvestimento e com meios humanos e materiais insuficientes, respondeu de forma corajosa e inequívoca. O merecido reconhecimento público ao SNS e às/aos profissionais que têm estado na linha da frente, com elevado altruísmo e abnegação, sublinha, de forma convicta, a importância de reforçar o investimento no sistema público de saúde – mas também nos Corpos de Bombeiros/os, nas forças de Segurança e Proteção Civil, entre outras/os – valorizando as carreiras de quem se dedica a cuidar de nós.

Celebramos o 47.º aniversário da Revolução de Abril no contexto do 15.º Estado de Emergência. Apesar do progressivo desconfinamento, que nos permite algum regresso à rua, à atividade e ao contacto, temos, ainda, pela frente um longo caminho, cheio de incertezas.

As sucessivas interrupções e alterações de modelo deixaram marcas profundas nos processos de ensino/aprendizagem, mas também na formação social e cidadã das crianças e jovens. No mundo do trabalho, o encerramento ou retração de milhares de micro, pequenas e médias empresas e a paralisação de setores como o turismo, a hotelaria, a cultura ou o desporto, aumentaram os números do desemprego e os pedidos de apoio social de emergência. Sem atividade há muitos meses, o associativismo cultural, desportivo e recreativo, verdadeiro pilar comunitário, vê em risco a sua sobrevivência.

A banalização dos Estados de Emergência e confinamentos não pode continuar a ser solução para uma situação que se prolonga no tempo e para a qual já dispomos, hoje – ao contrário de 2020 – de outras armas, fornecidas pela ciência. Com responsabilidade e respeito pelas medidas sanitárias, é preciso testar de forma massiva e vacinar mais e mais depressa. E para que tal seja possível, é necessário que Portugal não fique refém de interesses da indústria farmacêutica, do incumprimento de contratos com a União Europeia e de vacinas que acumulam queixas e problemas, contribuindo para o aumento da desconfiança junto do público. É urgente diversificar as opções e avançar com a aquisição de outras vacinas, de eficácia

reconhecida pela Organização Mundial da Saúde, e criar condições para a produção de vacinas em Portugal.

Este é, também, um caminho indispensável para honrar Abril e cumprir a Democracia, pondo fim ao condicionamento e restrições às liberdades individual e coletiva, permitindo o desenvolvimento de um percurso de bem-estar social e económico, que não deixe ninguém para trás.

O Poder Local Democrático é, reconhecidamente, outra das grandes conquistas de Abril e de um dos principais motores do desenvolvimento do país. No entanto, a Regionalização continua por cumprir, 45 anos depois, e as autarquias locais são rebaixadas, por via da Descentralização em curso, ao papel de tarefas da Administração Central, recebendo, unilateralmente, competências para as quais não lhes são fornecidos os meios correspondentes nem o poder para as gerir e questionar. No Concelho de Palmela, mantemos viva a luta pela desagregação das freguesias de Marateca e Poceirão que, como tantas outras no país – e apesar das promessas – não poderão retomar o seu lugar na vida das comunidades no ato eleitoral deste ano.

Globalmente, a opressão toma, hoje, outras formas, mais dissimuladas, mas igualmente perversas. A xenofobia, o racismo e a segregação em todas as suas formas escondem-se em discursos populistas e as tentativas reiteradas de branqueamento do passado ganharam ímpeto com a ascensão do mundo digital, no último ano. Demasiado filtrado e manipulável, o contacto impessoal retirou espaço ao debate, à reflexão e ao diálogo frontal, olhos nos olhos.

Honrar Abril é, pois, reafirmar a confiança na Democracia no futuro. É, mais do que nunca, pugnar pela Paz, pela Igualdade, pela Solidariedade, pelo Trabalho qualificado, pela Justiça. É expor a mentira, a corrupção, a desinformação e apostar na cidadania plena e informada. É recuperar a proximidade e os afetos e encontrar soluções para, em segurança e com saúde, podermos trabalhar, produzir, aprender, conviver e retomar projetos de vida.

Reunida em Pinhal Novo, a 21 de abril de 2021, a Câmara Municipal de Palmela saúda o 25 de Abril, o 1.º de Maio, a Constituição da República Portuguesa e os homens e as mulheres que se envolveram na sua construção. Saúda, igualmente, a população do Concelho de Palmela, às/aos trabalhadoras/es, autarcas, forças de segurança, entidades de saúde, rede social, empresas, comunidade educativa, movimento associativo – e a quem, com elevado espírito cidadão e democrático, mantém o espírito de Abril vivo e em permanente renovação – e exorta à participação ativa no programa de celebrações locais e nacionais.

Viva o 25 de Abril!

Viva o 1.º de Maio!

Viva o Poder Local Democrático!”

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** passa à leitura da saudação que se transcreve:

. Saudação ao 25 de ABRIL – dos/a eleitos/a do PS

“Quarenta e sete anos após o 25 de abril de 1974, a revolução dos cravos continua a simbolizar um momento determinante na história contemporânea de Portugal.

Comemorar o 25 de abril é celebrar a democracia e a liberdade individual e coletiva, a consagração da cidadania, dos direitos económicos, sociais e culturais dos cidadãos e dos trabalhadores, a igualdade de género, o fim do colonialismo e do regime corporativo que o promoveu.

A qualidade de vida da generalidade dos cidadãos melhorou significativamente graças, designadamente, ao desenvolvimento da escola pública, da segurança social, do serviço nacional de saúde, de novos direitos individuais e coletivos.

Como democratas, continuamos a encontrar motivos para considerar que há ainda muito a fazer no sentido de um maior desenvolvimento, na sustentabilidade social e territorial, na criação de mais e de melhor emprego, de mais justiça e de maior igualdade de oportunidades.

Porém, nunca poderemos esquecer que Portugal é hoje um país absolutamente diferente do que era antes do 25 de abril de 1974: mais livre, mais justo e mais moderno.

Vivemos, nos últimos anos, tempos prósperos, que nos permitiram devolver aos reformados e pensionistas as suas pensões, aumentar o salário mínimo, investir no Serviço Nacional de Saúde, universalizar a educação pré-escolar, repor os feriados e manter no setor público, os transportes urbanos em Lisboa e no Porto.

Para além de tudo isto, foi ainda possível alcançar o défice mais baixo desde o 25 de abril de 1975, aumentar o crescimento económico, diminuir o desemprego, aumentar as exportações e ainda o investimento privado.

Definiram-se novas políticas, privilegiando a reposição dos rendimentos e o relançamento da economia e do emprego, como prioridade para inverter o ciclo de políticas de austeridade.

Não podemos, porém, esquecer que desde março de 2020, fomos todos sobressaltados por uma nova realidade que nos obrigou a alterar a nossa vida. Neste momento de pandemia, em que todos os dias somos confrontados com um inimigo invisível, que a todos nos preocupa e nos obriga a sermos mais capazes de ajudar o outro e respeitar novas e difíceis regras individuais e coletivas, temos que nos orgulhar da nossa admirável capacidade de solidariedade e de fraternidade, enquanto cidadãos e cidadãs livres e responsáveis.

Realçamos, neste 25 de abril, o papel fundamental de todos os profissionais de saúde, da proteção civil, das IPSS, da educação e de todos os outros setores de atividade que, enquanto profissionais, ou de forma voluntária, permitem melhorar as respostas institucionais, públicas e privadas, ao serviço de todos.

A espuma dos dias e da vida nunca nos deixarão perder o sentido da luta que o povo Português soube construir, e é capaz de reconstruir em todos os momentos, num viver coletivo expresso no poder autárquico democrático e no movimento associativo e usufruímos da liberdade democrática e do Estado de Direito.

Em suma, "habitamos" na liberdade.

Mas para que o prédio da Liberdade não seja derrubado por força dos vampiros de extrema direita, que hoje à luz do dia e com o benefício da Democracia, não têm vergonha de insultar o Povo Português, com atitudes e frases homofóbicas, xenófobas, antidemocráticas, de enorme violência, anticonstitucionais e perigosas, para o regime democrático, é imperioso continuar a lutar todos os dias.

Por isto, é fundamental continuar a Comemorar o 25 de Abril, retomar o fôlego, ganhar novas forças, voltar a acreditar e trazer todos os dias "Outro Amigo" e que com ele "Venham Mais Cinco".

Continuemos a ter a coragem e a capacidade de Unirmos as mãos e as vozes, de Partilharmos esforços e trabalhos, conscientes de que "quem quer faz na hora, não espera acontecer "...

E como diz o poema de Manuel Alegre:

"Foram dias, foram anos a esperar por um só dia. Alegria. Desenganos. Foi o tempo que dóia com os seus riscos e seus danos. Foi a noite e foi o dia na esperança de um só dia".

Saudamos os "Capitães de abril" e todos os militares que se empenharam no Movimento das Forças Armadas;

Rendemos homenagem a todos e a todas que se bateram durante décadas de opressão pela liberdade, pela cidadania e pelos direitos humanos sociais e culturais dos cidadãos;

Continuaremos a lutar por trabalho com direitos e à proteção no desemprego, para todos os desempregados, ao aumento geral e gradual dos salários, bem como das pensões de reforma e à melhoria dos apoios sociais às famílias;

Defenderemos, sempre, o Serviço Nacional de Saúde, universal e gratuito, da escola pública de qualidade e inclusiva e a Segurança Social universal e solidária.

Viva o 25 de Abril.

Viva a Liberdade

Viva Palmela."

O Sr. Presidente coloca a discussão as saudações antes transcritas:

O **Sr. Presidente** refere que são duas moções sobre o 25 de Abril e é muito difícil fundi-las, porque faz parte da diferença em democracia.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que existem 2 parágrafos que o PS tem dificuldades em aceitar, porque são questões que divergem na discussão, mas é a democracia a funcionar.

O **Sr. Vereador José Calado** cumprimenta os presentes e refere que se o MIM tivesse apresentado uma saudação, teria apresentado de maneira diferente, no entanto, considera que em relação ao 25 de Abril e ao 1.º de Maio, estão todos de acordo e lamenta que, com o 25 de Abril, tivesse aparecido mais corrupção e também uma série de situações que não está de acordo, porque todos os dias têm conhecimento de novas situações ligadas à corrupção. Porém, refere que o MIM congratula-se e associa-se a esta Saudação do 25 de Abril e do 1º de Maio.

O **Sr. Vereador Carlos Vitorino** cumprimenta os presentes e relativamente ao 25 de Abril e à conquista da Liberdade, considera que o sentimento de todos é unânime, porém há outras questões sobre as quais discordam, portanto, vai cingir o seu sentido de voto às saudações em si, sobretudo aos parágrafos finais de cada uma das saudações, sobre os quais se identifica e concorda. Em relação a algumas considerações que são apresentadas nas moções, nomeadamente a referência aos “vampiros de extrema-direita”, refere que tem aversão a todos os vampiros, aliás, não os cataloga, venham eles de onde vierem, com exceção dos verdadeiros, os mamíferos da família dos morcegos que não têm culpa nenhuma, portanto, tal como referiu o Sr. Presidente, já havia corrupção antes do 25 de Abril, mas, é um facto, que se implantou e que, agora, está a ser denunciada e combatida, mas se há eficácia nesse combate, enfim, é o que o estado de direito tem obrigação de fazer, com legislação que consiga, de facto, punir a corrupção para evitar aquele ditado “quem cabritos tem e cabras não tem, de algum lado há-de vir”, como se assistiu na passada semana.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que o Sr. Vereador Carlos Vitorino está a focar a corrupção num só episódio da semana passada e só fosse só isso em termos de corrupção, estavam todos muito bem. Refere ainda que o Sr. Vereador Carlos Vitorino cai aqui nas reuniões, de vez em quando, de paraquedas e faz algumas intervenções com muito pouca consistência política, portanto, devia saber que quando se tem telhados de vidro, não se manda pedras aos outros. Refere ainda que não está nada preocupado, porque não é corrupto, está de consciência tranquila.

O **Sr. Vereador Carlos Vitorino** refere que foi o Sr. Vereador Raul Cristovão é que se incomodou.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que se incomoda porque não admite que o Sr. Vereador Carlos Vitorino fale inverdades e use demagogia.

O **Sr. Vereador Carlos Vitorino** refere que não interrompeu a intervenção do Sr. Vereador Raul Cristovão.

O Sr. Vereador Carlos Vitorino e o Sr. Vereador Raul Cristovão estão a conversar em simultâneo, pelo que não é suficientemente perceptível para poder transcrever em ata.

O **Sr. Presidente** refere que, certamente, vão todos votar ambas as saudações por unanimidade. Obviamente que as saudações têm considerações políticas e não tem dúvidas que em democracia e com democracia também se pode combater a corrupção, portanto, considera que não devem falar sobre isso aqui, porque é o que mais envergonha alguns percursos, pelo que deve ser combatida e, nesta matéria, também não vai aqui puxar dos galões para dizer quem é que, há muitos anos, apresenta na Assembleia da República projetos de lei para combater a corrupção. Portanto, considera que essa discussão, agora, é desnecessária, porque há muitos anos que se discute sobre esta questão e a democracia não é um sistema perfeito, mas é o melhor de todos os sistemas que conhece, pelo que devem prosseguir as intervenções e votar.

O **Sr. Vereador Carlos Vitorino** refere que estava a intervir de forma calma, quando foi interrompido intempestivamente pelo Sr. Vereador Raul Cristovão que ficou incomodado com algo que nem sequer conseguiu perceber, mas, de facto, não é isso que está em causa, aliás, o que está em causa e, honra seja feita ao grupo parlamentar da CDU, que tem apresentado essas propostas, mas também é verdade que depois é necessário fazer a conjugação para não haver chumbos no Tribunal Constitucional, com a inversão do ónus da prova. No entanto aquilo que está em causa é a corrupção *lacto senso* e, quando referiu o exemplo da semana passada, recorda que foram vários, mas há pessoas que ficam logo muito incomodadas, portanto, nem sequer estava a falar de militantes de partidos. Refere que também apreciou a questão da desagregação das freguesias de Marateca e Poceirão, apresentada pela CDU, mas recorda que a CDU esteve 4 anos com o PS, votaram favoravelmente em conjunto o orçamento e, mais uma vez, infelizmente essa situação não ficou resolvida.

O **Sr. Presidente** refere que essa questão nada teve a ver com o orçamento e é sobejamente conhecida a posição da CDU sobre a questão das freguesias

O **Sr. Vereador Carlos Vitorino** refere que sobre as freguesias, também já referiu qual era a sua posição pessoal e considera que a dimensão territorial dos municípios deveria ter sido levada em conta e, provavelmente teriam evitado situações como esta. Para finalizar, refere que gosta muito da referência do PS relativamente à continuação da luta pelo trabalho com direitos e proteção no desemprego, bem como das pensões de reforma e a melhoria dos apoios sociais às famílias, sobretudo no momento em que veem imensos anúncios de apoios, mas que chegam apenas migalhas às pessoas, nomeadamente nas situações motivadas pela pandemia, acha muito bem que o PS, aqui em Palmela, tenha esta posição, no entanto, espera que consiga fazer chegar a sua voz a outros fóruns.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** recorda que quem destruiu Serviço Nacional de Saúde, com reformas e retirou dinheiro aos portugueses, vem agora dizer aqui umas coisas diferentes.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** cumprimenta os presentes e lê um pequeno poema de Sophia de Mello Breyner Andersen que nem sequer é comunista, mas sentiu Abril e é isso que apela mais do que estas quezílias, é preciso sentir Abril e saber transmitir esse sentimento às gerações vindouras.

"Esta é a liberdade que eu esperava

O Dia inicial inteiro e limpo

Onde emergimos da noite e do silêncio

E livres habitamos a substância do tempo"

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que estas discussões representam a democracia, portanto, não são ofensivas para ninguém e todos podem ter as suas opiniões e devem-nas ter, porque só em democracia é possível ter este tipo de discussão que, de facto, não havia antes do 25 de Abril. Refere que não é preciso ter vivido o período antes do 25 de Abril, para perceber como era, existem muitos livros, as pessoas têm capacidade de ouvir e perceber como se vivia anteriormente. Refere que existem em ambas as saudações, pontos que discordam, nomeadamente 2 parágrafos que o PS claramente discorda da saudação da CDU, mas atendendo ao espírito do 25 de Abril e à liberdade que cada um tem de exprimir os seus pontos de vista, porque a democracia é o único sistema que permite discutir diferentes posições políticas, falando abertamente o que cada um pensa, portanto, o PS vai votar favoravelmente as duas saudações.

Submetida a saudação (25 de Abril e 1.º de Maio) a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Submetida a saudação ao 25 de Abril a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** passa à leitura das saudações que se transcrevem:

. Saudação (Queijaria Simões)

"No passado dia 9 de abril a Queijaria Simões obteve a distinção Gold Quality Award no conceituado Concurso "Monde Selection 2021", realizado em Bruxelas, no seu 60th World Selection of Food Products 2021, com o Queijo de Azeitão.

Este galardão é atribuído pelo International Quality Institute que desde 1961 distingue produtos produzidos a concurso, oriundos de todo o mundo.

Esta distinção tem para o território de Palmela um impacto importantíssimo, elevando o padrão dos produtos produzidos localmente pelos nossos parceiros e agentes económicos.

Reunida a 21 de abril, a Câmara Municipal **parabeniza** a Queijaria Simões pelo prémio obtido, o qual revela o empenho, dedicação e qualidade depositados na sua atividade empresarial, contribuindo para a valorização de um produto endógeno de distinção gastronómica e territorial.”

. Saudação (Beatriz Sanheiro)

“Beatriz Sanheiro, residente em Pinhal Novo, conquistou ao serviço Sport Lisboa e Benfica, o Campeonato Nacional Feminino da 1.ª Divisão de Futsal 2020/2021, repetindo desta forma a conquista alcançada na época desportiva anterior.

Reunida em Pinhal Novo, a 21 de abril, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** Beatriz Sanheiro pela conquista da Taça de Portugal de futsal feminino, desejando os maiores sucessos para a sua carreira desportiva e que continue a dignificar o concelho.”

Submetida a saudação (Queijaria Simões) a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Submetida a saudação (Beatriz Sanheiro) a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Informações / Assuntos diversos:

. Atribuição da bandeira Cidades e Vilas de Excelência – Nível IV – O Sr. Presidente refere que município de Palmela vai ser distinguido com a atribuição da Bandeira Cidades e Vilas de Excelência - Nível IV, pelo Instituto de Cidades e Vilas com Mobilidade. Para além de bandeiras de prata e ouro da mobilidade, na qual a freguesia de Pinhal Novo esteve sempre no centro das experiências pioneiras em matéria de acessibilidades, nos últimos anos, o Instituto passou a atribuir este tipo de bandeiras pelo trabalho feito em torno dos planos de ação de mobilidade urbana sustentável, portanto, o conjunto de obras que foram feitas na rede de ciclovias, em várias freguesias, nos parques intermodais em Pinhal Novo Sul e na intervenção no Largo José Maria dos Santos, com pavimento estável e acessível, o que está a ser feito na ligação intermodal do largo da Mitra, com a reabilitação e rebaixamento de passeios, com acessibilidades em vários pontos do concelho e, mais recentemente, a empreitada de criação de percursos acessíveis no Castelo de Palmela, foram obras avaliadas que, depois de ter sido atribuído à vila de Pinhal Novo, em 2017 e 2019, as bandeiras de nível II e III, a bandeira de nível IV reconhece, agora, o trabalho da autarquia.

. **Construção de um novo arruamento, em Aires** – O **Sr. Presidente** refere que o município lançou concurso para a obra de construção de um novo arruamento, em Aires, cujo preço base, acrescido de IVA, ascende 245.000€. O novo arruamento vai ligar a Avenida Lino dos Reis à Rua de Aljubarrota e inclui o prolongamento da ciclovia e passeios, melhorando a acessibilidade de peões, que visa qualificar aquela zona de Aires e inclui prolongamento/remodelação de infraestruturas enterradas.

. **Remodelação/substituição de conduta de abastecimento de água na Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral, em Pinhal Novo** – A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** refere que foi adjudicada a obra de "Remodelação/substituição de conduta de abastecimento de água na Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral, em Pinhal Novo" pelo valor de 73.355,18€, que terá início assim que estejam ultrapassadas as imposições legais da contratação. Esta obra terá um prazo de execução previsto de 75 dias e inclui, numa primeira fase, a criação de um circuito alternativo, em paralelo à conduta existente, para que em situação de eventual rotura na Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral, a adução à zona Norte e à zona Sul seja possível através desta alternativa, reduzindo o número de utilizadores/as afetados/as com falta de água seja a menor possível. Este circuito alternativo reforçará também a pressão e o caudal em períodos de maiores consumos. Será efetuada a substituição da conduta existente, de 200mm em Fibrocimento na Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral, através do sistema de perfuração dirigida (sistema *Pipe bursting*), reduzindo-se assim, a extensão de vala aberta e os inconvenientes e incómodos daí decorrentes e, serão também substituídos os respetivos ramais de ligação domiciliária, no troço compreendido ente a Linha da REFER e o Centro Comercial DOVARI, numa extensão de 255 metros. Refere ainda que, pelo mesmo método será também substituído o troço de conduta existente e respetivos ramais no Largo José Maria dos Santos, entre a Linha da REFER e a Rua Luís de Camões, numa extensão de 115 metros. Sublinha que, enquanto decorrer esta obra, será igualmente assegurado o abastecimento provisório aos consumidores servidos pelas condutas a substituir, através de condutas provisórias a instalar para o efeito durante a obra.

. **Pavimentação da Rua João Pedro Monteiro, em Lagameças** – O **Sr. Vereador Adilo Costa** informa que o município abriu concurso para a obra de pavimentação da Rua João Pedro Monteiro, em Lagameças, pelo valor de 159.000,00€ com IVA incluído. A obra tem um prazo previsto de 90 dias e consiste na sua pavimentação, numa extensão de 1.170m, executando trabalhos diversos no âmbito de obras de pavimentação com massas betuminosas, camadas de base de apoio estrutural, bermas e valetas em terra batida onde necessário.

. Ataque informático ao Município de Palmela ocorrido em 14 de abril de 2021 – O Sr. Vereador Adilo Costa refere que o município sofreu um ataque informático no dia 14 de abril, o qual atingiu servidores e alguns computadores pessoais, tendo esta situação, provocado uma paragem no sistema informático durante o dia do incidente. Os serviços foram retomados no dia seguinte, estando o serviço de informática a ultimar o processo de recuperação do incidente. Refere ainda que foi notificado, como decorre da lei, o Centro Nacional de Cibersegurança, com o qual o município está a trabalhar na tentativa de identificação da origem do ataque, foi notificada a Comissão Nacional de Proteção de Dados, embora não existam indícios de fuga de dados pessoais e está a ser preparada uma queixa-crime à autoridade competente. O incidente veio demonstrar que o recente investimento realizado pelo município num sistema de servidores em *cluster*, com vários níveis de redundância, proporciona um nível de segurança mais robusto e uma maior rapidez na recuperação.

. Protocolos assinados com entidades da Administração Central – O Sr. Vereador Adilo Costa refere que foram assinados dois protocolos com entidades da administração central, nomeadamente o Protocolo com a AMA - Agência para a Modernização Administrativa, relacionado com a utilização da Chave Móvel Digital como meio de autenticação segura no site dos serviços online municipais e o Protocolo com a Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna, através do qual o Município acederá de forma mais segura à plataforma informática alojada na mesma e de utilização obrigatória, particularmente a plataforma usada em atos eleitorais

. Palmela GERAÇÕES 2021, a assinalar o Dia Europeu da Solidariedade e Cooperação entre Gerações – O Sr. Vereador Adilo Costa informa que vai decorrer no final de abril e mês de maio, a edição 2021 do Palmela GERAÇÕES, com uma programação adaptada ao atual contexto e articulada com diferentes atores locais, designadamente, a Associação Juvenil Odisseia, a EAPN, a Escola Secundária de Palmela e a Popular FM, integrando diversas iniciativas, nomeadamente a 29 de abril com a divulgação de Newsletter “Palmela Gerações”, que permitirá a visualização de um vídeo e de trabalhos realizados no âmbito dos projetos (A)Linhas e Florir os Saberes pela população de mais idade e jovens e divulgará a programa de Rádio Aquele Abraço» Entre Gerações e, de 29 de abril a 31 de maio, uma exposição temporária da Manta de Retalhos «Rede de Cumplicidades», na Escola Secundária de Palmela, fruto de um trabalho coletivo que decorreu em 2019, com a participação das Escolas Secundárias de Palmela e de Pinhal Novo, conjugando vontades e reforçando a dimensão da participação das diferentes gerações.

. Comemorações do 47.º aniversário do 25 de Abril – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha informa que, mesmo em tempo de pandemia, o município irá realizar as comemorações do 47º aniversário do 25 de Abril, tendo preparado um conjunto de propostas, que respeitando as regras em vigor, volta a assinalar Palmela como Concelho de Abril. Portanto, desde o dia 20 de abril estão patentes as exposições “45 anos de abril” da União dos Resistentes Antifascistas Portugueses, no Foyer do Auditório Municipal de Pinhal Novo e os cartazes municipais alusivos às comemorações no concelho de Palmela, no Centro Cultural de Poceirão. Nos dias 24 e 25 de abril, através do *site* www.cm-palmela.pt, do canal *Youtube* da Autarquia e da página de *Facebook* Catavento poder-se-á aceder a testemunhos, de viva voz de dirigentes associativos de diversas áreas, locais e gerações. Poder-se-á ainda recordar, através de um álbum de fotografias, o que têm sido as comemorações municipais ao longo destes 47 anos de liberdade. Informa ainda que, na manhã de 24, os mercados municipais de Palmela, Pinhal Novo e Quinta do Anjo, acolhem pequenos apontamentos musicais da responsabilidade das respetivas juntas de freguesia, no dia 25, às 10:30, realizar-se-á a Sessão Solene da Assembleia Municipal, ao ar livre, no largo São João e irão circular pelas ruas de todo o concelho, carros de som, levando a todos os sons de Abril. Para finalizar, no dia 25 de abril, irá realizar-se o concerto com Carlos Alberto Moniz, que assinala os seus 50 anos de carreira, no Cine-Teatro São João que sem público, será transmitido online, com início às 22h00.

. Mostra de Vinhos de Fernando Pó – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha refere que também a Mostra de Vinhos de Fernando Pó, obrigada a cancelar a sua atividade por razões sanitárias, optou por escolher um caminho diferente, fugindo à concentração de pessoas, sem abdicar do objetivo de dar visibilidade ao que se produz nas freguesias de Poceirão e Marateca. Portanto, este ano, irá decorrer em formato digital. A comissão organizadora está a preparar uma página de Internet, através da qual será possível encontrar informação sobre a Mostra, uma galeria de imagens, um programa de atividades técnicas em vídeo e uma loja de vinhos, com as adegas aderentes. Os visitantes poderão regressar ao convívio das atividades vínicas e adquirir alguns dos seus vinhos preferidos, na segurança das suas casas. Esta presença digital será apresentada nos próximos dias, aproveitando as datas da habitual realização física, constituindo a página permanente, uma mais valia futura para a valorização e difusão dos vinhos de Poceirão e Marateca nos canais online e digital, o que possibilitará, sobretudo às microempresas deste setor, alcançarem novos públicos e reforçarem a sua atividade económica. Refere ainda que o município manteve os apoios financeiros e a participação na organização da iniciativa, contribuindo para que seja possível continuar a apoiar os produtores e a produção local, num dos setores agrícolas e económicos mais determinantes do Concelho.

. **Percurso pedestre 'Jardins de Vinhas' – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que os "Jardins de Vinhas" é o primeiro percurso pedestre de índole enoturística na Península de Setúbal e resulta de uma parceria entre o Município de Palmela, a Associação da Rota de Vinhos da Península de Setúbal e as adegas aderentes: Fernão Pó Adega, Filipe Palhoça Vinhos, Casa Ermelinda Freitas, Casa DUPÓ e Quinta do Monte Alegre. Este investimento surge na sequência do desenvolvimento do trabalho municipal para implementação de percursos pedestres e cicláveis no território e, neste caso particular, encontra-se em consonância com os objetivos do projeto "Centro Rural Vinum - Fernando Pó". Este percurso está em processo de homologação pela Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal e a partir do próximo dia 1 de maio, o município de Palmela fica dotado de mais uma oferta no quadro do turismo de natureza e do enoturismo, valorizando a atração do mundo rural e das freguesias de Poceirão e Marateca.

. **Fórum Económico Palmela – Desafios para um futuro comum – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** informa que irá realizar-se, nos dias 29 e 30 de abril, o Fórum Económico Palmela subordinado ao tema "Desafios para um futuro comum" e visa a criação de dinâmicas promotoras de apoio à economia, à valorização do emprego e à captação de investimento. A programação para o 1º dia abordará temáticas como inovação, sustentabilidade e cooperação, com uma tarde de trabalhos direcionada para o emprego e empreendedorismo e um *Pitch* Palmela - Boas Práticas e Casos de Sucesso e no segundo dia, o evento estará enquadrado nos desafios da economia territorial e trará exemplos do cluster da indústria automóvel, do turismo e da agricultura. O evento irá decorrer com o acompanhamento de parte do executivo municipal, no campo de ação do desenho futuro de políticas públicas e continuidade do motor que é o desenvolvimento da economia local.

. **Campeonato Nacional de Maratona – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** informa que irá realizar-se, no próximo dia 25 de abril, na Freguesia de Quinta do Anjo, o Campeonato de Portugal da Maratona – Maratona do Centenário, prova do Calendário de Competições da Federação Portuguesa de Atletismo 2020/2021, um evento desportivo nacional que contará com a participação de cerca de 200 atletas. Este evento, que contará com a participação dos melhores atletas nacionais de fundo, para além da atribuição dos títulos nacionais, servirá igualmente para apuramento da equipa que representará Portugal nos Jogos Olímpicos e nos Jogos Paralímpicos de Tóquio.

. **Clássica da Arrábida – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** informa que irá realizar-se, no próximo dia 2 de maio, a 4.ª edição da Clássica da Arrábida, prova integrada no calendário da União Ciclista Internacional. Esta competição profissional com 181,2Km num percurso misto de

asfalto, terra batida e serra, resulta de uma parceria entre a Federação Portuguesa de Ciclismo, Lima & Limão Cycling Services e os municípios de Palmela, Sesimbra e Setúbal e prevê-se a participação de cerca de 150 ciclistas profissionais, em representação de cerca de 25 equipas, nacionais e estrangeiras. Entre os participantes está o ciclista Palmelense Rafael Reis, que irá pedalar ao serviço da equipa EFAPEL.

Questões apresentadas pelos Srs. Vereadores Carlos Vitorino, Raul Cristovão e José Calado

- **Fogo junto ao Retiro Azul, em Palmela (antigo posto de abastecimento de combustível)** – O **Sr. Vereador Carlos Vitorino** refere que, no passado fim-de-semana, ocorreu um incêndio nas antigas instalações do posto de combustível, no largo do Chafariz D. Maria I e, felizmente não havia viaturas estacionadas na proximidade daquele pequeno posto de apoio que está desativado, portanto, se estivessem ali viaturas, poderia ter ocorrido uma situação mais grave e, por isso, questiona a segurança dos depósitos daquele antigo posto de combustível em termos de proteção civil, porque podem conter ainda resíduos ou acumulação de gases e, pergunta como se encontra o processo e se há a possibilidade de haver uma reabertura ou uma recolocação do referido posto de abastecimento, mais à frente, em direção a Quinta do Anjo.

- **Rua General Amílcar Mota, em Palmela** – O **Sr. Vereador Carlos Vitorino** refere que uma parte da Rua General Amílcar Mota foi alvo de uma cobertura nova, no entanto, verifica-se um desnível, numa parte em que não foi intervencionada e provoca alguns constrangimentos, por isso, pergunta em que situação está a obra e para quando se pressupõe a conclusão da mesma.

- **Falta o passeio em calçada, em loteamentos no Pinhal Novo** – O **Sr. Vereador Carlos Vitorino** refere que em Pinhal Novo, apesar de se tratar de um problema transversal em toda a vila, cinge-se à Rua Posser de Andrade, Rua Raúl Brandão e Rua Vitorino Nemésio, nas quais falta passeio em calçada. Recorda que aquando eram feitos os loteamentos, eram igualmente construídos os passeios em calçada, mas ficaram muitos espaços por calcetar e isso provoca constrangimentos na circulação e é dentro da malha urbana, portanto, é uma questão que considera que deveria ser equacionada pela autarquia e não pela junta de freguesia, porque, não constroem em determinados lotes e os passeios continuam sem calçada, em terra batida e com muitas ervas, obrigando os munícipes que circulam a pé, a deslocar-se para a estrada e causam grandes constrangimentos, sobretudo a pessoas com mobilidade reduzida.

- **Rua João Posser de Andrade** – O **Sr. Vereador Carlos Vitorino** refere que na Rua João Posser de Andrade existem algumas vedações que davam acesso aos quintais e que num desses espaços até existe um poço em condições bastante deterioradas, inclusivamente com algumas partes de metal para fora que pode, eventualmente, causar algum ferimento a quem passe e até a entrada de algumas pessoas nessas propriedades, por isso questiona se a autarquia pode intervir ou notificar os proprietários para reporem a situação.

- **Rua das Sesmarias** – O **Sr. Vereador Raul Cristovão** alerta que na Rua das Sesmarias, à entrada da EN 252, o buraco lá existente no pavimento, ficou ainda maior, tendo piorado com estas últimas chuvadas, que implica bastantes incómodos, é perigoso e condiciona a circulação viária naquela estrada.

- **Necessidade de correção das bermas em alcatrão** – O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que falta corrigir as bermas de alcatrão que estão na rua que foi pavimentada, aliás já foram corrigidas algumas, mas ainda falta corrigir a zona que vai até aos contentores de RSU e mais acima, junto ao entroncamento, porque existem ali muitas pessoas já com uma idade avançada, os passeios são curtos e, por uma questão de segurança, os munícipes ali residentes pedem a correção do que falta ainda corrigir.

- **E-mail de Múncipe residente na Rua dos Batudes** – O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que a vereação do PS recebeu um email de uma residente da Rua dos Batudes sobre a questão do estacionamento e tráfego, porque é uma rua que termina numa propriedade privada, tem um portão e as pessoas estacionam quase sempre bloqueando o acesso à boca de incêndio. Também se queixa que, sobretudo na altura do verão, as pessoas dali não colocam as suas viaturas nas suas garagens e ficam mal estacionadas, dificultando e reduzindo o espaço de circulação e, por isso, pedem uma intervenção da autarquia, na colocação de sinalética que pudesse regular um pouco o estacionamento.

- **Necessidade de reparação de várias vias no Pinhal Novo (Avenida dos Ferroviários / Avenida da Liberdade)** – O **Sr. Vereador José Calado** apresenta algumas indicações que vários munícipes lhe fizeram chegar, nomeadamente a questão das obras na rede de águas em Pinhal Novo, que a Sra. Vereadora Fernanda Pésinho já explicou e questões sobre as vias da freguesia de Pinhal Novo, que são muitas a necessitar reparação, pois já têm bastantes anos e apresentam algumas debilidades, buracos e outros problemas. Recorda que a Avenida dos Ferroviários tem o piso em péssimo, a Rua Samuel Lupi e a Avenida da Liberdade com os

problemas já conhecidos, têm o piso demasiado irregular, portanto, não vai referir-se a todas, mas são muitas as ruas que precisam de reparações e merecem uma atenção do município.

- **Bairro a nascer junto ao cemitério** – O **Sr. Vereador José Calado** refere que também existem algumas situações menos agradáveis, sobretudo no bairro que está a nascer a seguir ao cemitério novo do Pinhal Novo, perto da Quinta do José Marques. Recorda que já falou nesta questão e, relata que cada vez aparecem mais habitações/contentores naquele terreno e é uma situação que parece estar fora de controlo. Depois, junto à vacaria, na zona do Terrim, também foi construído um mamarracho, com uma vedação que deve ser superior a 3 metros de altura e que, enfim, é impressionante, portanto, considera que provavelmente tudo o que está ali construído poderá não estar devidamente licenciado para uma área de 5 mil metros, por isso chama a atenção do município para fiscalizar.

- **Construtores da Urbanização Vale Flores, em Pinhal Novo, sem eletricidade** – O **Sr. Vereador José Calado** refere que tem falado com alguns construtores da urbanização Vale Flores e um deles, em particular, referiu que estava muito preocupado com a ligação da eletricidade do prédio que já está terminado e também por continuarem a utilizar geradores para poder ter eletricidade para continuar com as obras. Por isso pergunta se o município pode intervir, no sentido de dar celeridade a este problema.

- **Roubos em Vale Flores e assalto no Bairro da Cascalheira, em Pinhal Novo** – O **Sr. Vereador José Calado** refere que trata-se de um assunto para as autoridades de segurança, mas não deixa de ser relevante alertar para os roubos na zona de Vale Flores e no Bairro da Cascalheira, sobretudo este último, onde o assalto foi muito violento, por isso, questiona se é possível o Sr. Presidente poder interceder junto do Comando Distrital da GNR para poder aumentar a vigilância nessas zonas.

Às questões colocadas pelos Srs. Vereadores são dadas as seguintes respostas:

– **Fogo junto ao Retiro Azul, em Palmela (antigo posto de abastecimento de combustível)** – O **Sr. Presidente** refere que o local onde ocorreu o incêndio é propriedade privada, aliás, a proprietária já foi notificada para proceder à limpeza do espaço e desmontagem daquela infraestrutura que está à superfície. Esclarece que o posto de combustível não voltará a ser ali naquele local, nem sequer para onde esteve previsto a sua deslocalização, porque o município entendeu não querer o posto de combustível naquela zona de Palmela. Recorda que o município encetou várias negociações, permuta, mas não conseguiu chegar a acordo relativamente aos valores, porque estas situações, entre as entidades públicas

e particulares, não funciona da mesma maneira que um negócio comercial, as situações são objeto de avaliação pericial e aquilo que os municípios podem adquirir ou contratualizar tem de ter uma determinada margem de valores, ou seja, não pode estar baseado em critérios de natureza comercial. A proprietária foi convocada para uma reunião com a autarquia, na próxima semana e, prevê-se poder chegar a um acordo relativamente à transmissão da propriedade para o município que, terá de pagar, não o valor que a proprietária quer, mas o valor que as avaliações apontam para aquele espaço. Recorda, igualmente que já existe um projeto de execução para aquele estacionamento e arranjo daquele espaço exterior, foi adjudicado e já está concluído e, tal como referiu anteriormente, se não houver acordo entre as partes, o processo segue para expropriação por utilidade pública, com os valores definidos e atribuídos pela arbitragem. Quanto aos depósitos, refere que estão inativos há muitos anos e o município já propôs a sua inertização com materiais adequados para o efeito.

_ **Rua General Amílcar Mota, em Palmela** – O **Sr. Presidente** refere que os serviços municipais vão aplicando, por administração direta, a correção das massas betuminosas na junção com a calçada grossa, cujas valetas são muito acentuadas e, de facto, é para ir dando continuidade, no entanto, a Brigada tem estado envolvida noutros serviços.

_ **Falta o passeio em calçada, em loteamentos no Pinhal Novo** – O **Sr. Presidente** em relação à calçada, refere que os serviços municipais estiveram, na segunda-feira, precisamente no Bairro Posser de Andrade a fazer o levantamento dos passeios que têm falta de calçada e das situações que as pessoas mais reclamam, no entanto, esclarece que nalguns desses locais, o passeio foi enchido com touvenant e pó de pedra e, neste até se circula de uma forma confortável e acessível. Porém, o município já decidiu intervir e substituir-se aos proprietários em quatro troços que são mais frequentados e requeridos pelos residentes.

_ **Rua João Posser de Andrade** – O **Sr. Presidente** quanto à vedação, se de facto constituir um perigo, o município irá notificar o proprietário, portanto é uma situação que terá de ser analisada pelos serviços municipais.

_ **Rua das Sesmarias** – O **Sr. Presidente** refere que também já reparou no buraco no início da rua e foi um dos assuntos abordados com a Junta de Freguesia, portanto, está prevista a pavimentação daquele troço por parte da empresa que está naquele local em processo de legalização da ampliação das suas instalações, mas até lá, considera que os serviços municipais podem intervir, para tentar nivelar um pouco o acesso à estrada nacional com a colocação de betuminoso.

_ **E-mail de Município residente na Rua dos Batudes** – O **Sr. Presidente** refere que vai ter de verificar com mais atenção junto dos serviços, para que possam responder devidamente à situação com sinalética apropriada.

_ **Necessidade de reparação de várias vias no Pinhal Novo** – O **Sr. Presidente** em relação às vias, refere que tanto na Avenida da Liberdade como na Rua Samuel Lupi, o município tem efetuado remendos quando há aberturas ou outro tipo de intervenções. Em relação à Avenida dos Ferroviários, informa que está incluída na empreitada de repavimentação dos arruamentos da zona sul que inclui também parte antiga, que abrange um troço entre as duas rotundas que apresenta maiores problemas de conservação, de desgaste e trânsito, com correção, fresagem e nova camada de desgaste.

_ **Bairro a nascer junto ao cemitério novo, em Pinhal Novo** – O **Sr. Presidente** quanto à situação de emparcelamento ilegal e colocação de contentores para residências, tal como o muro na Rua da Agropecuária, são situações que estão devidamente identificadas e sinalizadas pela fiscalização municipal que tem feito diligências no terreno, mas vai voltar, no entanto vai ter de ser acompanhada pela GNR, porque não é fácil entrar em propriedade privada, são situações complexas.

_ **Roubos em Vale Flores e assalto no Bairro da Cascalheira, em Pinhal Novo** – O **Sr. Presidente** refere que estes assuntos fazem parte das discussões no Conselho Municipal de Segurança que reúne de 2 meses e meio em 2 meses e meio e, é aberto ao público, no entanto, os dados da criminalidade no concelho baixaram substancialmente, provavelmente por causa da pandemia, no entanto, nos últimos tempos, de facto tem havido um aumento de furtos de património e outros. Naturalmente que os assaltos mais violentos preocupam o município, quer aquele que aconteceu no Bairro da Cascalheira, como também já tem acontecido na zona das Lagameças, portanto, é um assunto que é abordado também na Comissão Restrita de Segurança, que reúne de 2 em 2 meses e, de facto, a GNR está dentro de assunto, porque alguns destes assaltos são de criminalidade organizada e é algo que preocupa a todos.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 1 – Aceitação de doações - Ratificação.

PROPOSTA N.º GAP 01_09-21:

«Através do Programa Mecenaz de Palmela, a Câmara Municipal apela, com regularidade, ao contributo de diversas empresas e instituições.

Esse contributo tem permitido fazer face a necessidades urgentes, reportadas pelos grupos socio caritativos do concelho e pelos agrupamentos de escolas do concelho neste contexto, particularmente difícil, de pandemia por COVID19.

Tendo em conta a urgência na distribuição dos bens e a impossibilidade de reunir a Câmara Municipal em tempo útil, foram aceites pelo Presidente da Câmara, nos termos do disposto na alínea j) do nº 1, do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, duas doações em espécie efetuadas pela PARMALAT PORTUGAL e pela TORRESTIR TRANSPORTES NACIONAIS E INTERNACIONAIS que integraram diversos bens alimentares e equipamento informático, conforme as informações técnicas anexas.

PARMALAT PORTUGAL Produtos alimentares, Lda. Rua de Pé de Mouro, 36 Linho 2714-508 Sintra (Portugal) Tel. +351 21 924 86 00 Fax: +351 21 924 86 84 NIF 507 072 855	Apoio alimentar a famílias carentiadas através da Conferência Vicentina de Palmela e do Centro de Acolhimento Temporário (CAT) Porta Aberta do Centro Social de Palmela.	Doação de bens alimentares valor de 3.775,87 euros (três mil, setecentos e setenta e cinco euros e oitenta e sete cêntimos)
TORRESTIR,TRANSPORTES NACIONAIS INTERNACIONAIS S.A. NIF. 501929797 Parque Comercial 91-Nogueira 4701888 Braga	Apoio aos alunos do concelho no contexto de Ensino à Distância	Doação de 20 tablets no valor de 4.878,05 euros (quatro mil, oitocentos e setenta e oito euros e cinco cêntimos)
TOTAL		8 653,92 (oito mil seiscentos e cinquenta e três euros e noventa e dois cêntimos)

A aceitação das doações foi aprovada por despachos do Sr. Presidente da Câmara respetivamente de 05/04/2021 e de 15/4/2021, ao abrigo do nº 3, do artigo 35º do RJAL.

Assim, ao abrigo da legislação já referida, **propõe-se** a ratificação da aceitação das doações objeto da presente deliberação.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

GABINETE DE PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA

Pelo **Sr. Presidente** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 2 – Atribuição de comparticipação financeira à Junta de Freguesia de Quinta do Anjo. Contrato Interadministrativo – Aquisição e substituição de placas toponímicas - Acerto.

PROPOSTA N.º GPC 01_09-21:

«A Câmara Municipal de Palmela, para efeitos do disposto do nº 1 do artigo 120.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, estabeleceu com as Juntas de Freguesia para o mandato 2013/2017, no âmbito da Delegação de Competências prevista, Contratos Interadministrativo e Acordos de Execução, tendo os mesmos sido objeto de prorrogação para o atual mandato, conforme deliberações da Câmara Municipal 12/12/2017, e sessão da Assembleia Municipal de dia 20/12/2017.

O Contrato Interadministrativo para a Toponímia estabelece a transferência anual de 1.500 € para a aquisição e substituição de placas toponímicas existentes, bem como de outras que resultem de aprovações de novos topónimos, nos termos do Regulamento de Toponímia do Concelho de Palmela, como é expresso nos números 1 e 2 do artigo 4º do contrato.

O artigo 7º, nos seus números 1 e 2, daquele contrato estabelece as condições para acertos, designadamente quando a verba transferida anualmente não é suficiente para a despesa prevista com a instalação de novos topónimos.

Ora, a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo procedeu à colocação de novas placas de toponímia no valor de 3.491€, revelando-se, por isso, insuficiente a transferência prevista no Contrato Interadministrativo, em 1.991 €.

Assim, e de acordo com o artigo 7º, nos seus números 1 e 2, do Contrato Interadministrativo em vigor, **propõe-se** a atribuição de comparticipação financeira, a título de acerto, à Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, no valor de 1.991 € (mil novecentos e noventa e um euros).»

Sobre a proposta Atribuição de comparticipação financeira à Junta de Freguesia de Quinta do Anjo. Contrato Interadministrativo – Aquisição e substituição de placas toponímicas - Acerto, numerada GPC 01_09-21, intervêm:

O **Sr. Vereador José Calado** refere que tem sido apresentado muitas propostas de acertos e contratos interadministrativos com as Juntas de Freguesia, mas não se recorda se houve acertos em relação à Junta de Freguesia de Pinhal Novo, se não há necessidade de haver acertos, porque, enfim, não se recorda de ter sido apresentada uma proposta de acertos à Junta de Freguesia de Pinhal Novo.

O **Sr. Presidente** esclarece que no caso concreto das placas toponímicas, o Pinhal Novo tem os eus arruamentos consolidados e já tem toponímia atribuída, ou seja, não há novos arruamentos públicos, portanto, é normal que não haja acerto. Houve outros acertos, em outros anos, nomeadamente para a calçada. Recorda ainda que, no ano passado, o município aumentou a atribuição às Juntas de Freguesia do valor base por ano, o número de metros quadrados e deixou de haver necessidade de fazer estes acertos, mas é uma situação que é variável, de ano para ano.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 3 – Atribuição de comparticipação financeira à União das Freguesias de Poceirão e Marateca. Contrato Interadministrativo – Aquisição e substituição de placas toponímicas - Acerto.

PROPOSTA N.º GPC 02_09-21:

«A Câmara Municipal de Palmela, para efeitos do disposto do nº 1 do artigo 120.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, estabeleceu com as Juntas de Freguesia para o mandato 2013/2017, no âmbito da Delegação de Competências prevista, Contratos Interadministrativo e Acordos de Execução, tendo os mesmos sido objeto de prorrogação para o atual mandato, conforme deliberações da Câmara Municipal 12/12/2017, e sessão da Assembleia Municipal de dia 20/12/2017.

O Contrato Interadministrativo para a Toponímia estabelece a transferência anual de 1.500€ para a aquisição e substituição de placas toponímicas existentes, bem como de outras que resultem de aprovações de novos topónimos, nos termos do Regulamento de Toponímia do Concelho de Palmela, como é expresso nos números 1 e 2 do artigo 4º do contrato.

O artigo 7º, nos seus números 1 e 2, daquele contrato estabelece as condições para acertos, designadamente quando a verba transferida anualmente não é suficiente para a despesa prevista com a instalação de novos topónimos.

Ora, a União das Freguesias de Poceirão e Marateca procedeu à colocação de novas placas de toponímia topónimos no valor de 2.691,05€, revelando-se, por isso, insuficiente a transferência prevista no Contrato Interadministrativo, em 1.191,05 €.

Assim, e de acordo com o artigo 7º, nos seus números 1 e 2, do Contrato Interadministrativo em vigor, **propõe-se** a atribuição de comparticipação financeira, a título de acerto, à União das Freguesias de Poceirão e Marateca, no valor de 1.191,05 € (mil cento e noventa e um euros e cinco cêntimos).»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 4 – Atribuição de comparticipação financeira à Junta de Freguesia de Quinta do Anjo. Contrato Interadministrativo – Reposição de pavimentos em calçada ou outros - Acerto.

PROPOSTA N.º GPC 03_09-21:

«A Câmara Municipal de Palmela, para efeitos do disposto do nº 1 do artigo 120.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, estabeleceu com as Juntas de Freguesia para o mandato 2013/2017, no âmbito da Delegação de Competências prevista, Contratos Interadministrativo e Acordos de Execução, tendo os mesmos sido objeto de prorrogação para o atual mandato, conforme deliberação Municipal de 12/12/2017, e aprovação em sessão Assembleia Municipal de 20/12/2017.

O Contrato Interadministrativo para “Reposição de pavimentos em calçada ou outros” estabelece uma área de pavimento de 1250 m2 no valor anual de 23.162,50 € para a realização das reposições conforme descrito no Anexo II das Especificações Técnica.

Ainda de acordo com o artigo 9º, nos seus números 1 e 2 daquele Contrato Interadministrativo, são estabelecidas as condições para acertos, designadamente quando a verba transferida anualmente não é suficiente para fazer face a encargos adicionais.

Ora, a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo executou 1.327 m2, revelando-se, por isso, insuficiente a metragem anual de pavimento prevista no Contrato Interadministrativo, em 77 m2.

Assim, e de acordo com o artigo 9º, nos seus números 1 e 2, do Contrato Interadministrativo em vigor, **propõe-se** a atribuição de comparticipação financeira a título de acerto à Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, no valor de 1.426,81 € (mil quatrocentos e vinte e seis euros e oitenta e um cêntimos), correspondentes a 77 m2 de calçada executada.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 5 – Atribuição de comparticipação financeira à União das Freguesias de Poceirão e Marateca. Contrato Interadministrativo – Reposição de pavimentos em calçada ou outros - Acerto.

PROPOSTA N.º GPC 04_09-21:

«A Câmara Municipal de Palmela, para efeitos do disposto do nº 1 do artigo 120.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, estabeleceu com as Juntas de Freguesia para o mandato 2013/2017, no âmbito da Delegação de Competências prevista, Contratos Interadministrativo e Acordos de Execução, tendo os mesmos sido objeto de prorrogação para o atual mandato, conforme deliberação Municipal de 12/12/2017, e aprovação em sessão Assembleia Municipal de 20/12/2017.

O Contrato Interadministrativo para “Reposição de pavimentos em calçada ou outros” estabelece uma área de pavimento de 250m² no valor anual de 4.632,50€ para a realização das reposições conforme descrito no Anexo II das Especificações Técnica.

Ainda de acordo com o artigo 9º, nos seus números 1 e 2 daquele Contrato Interadministrativo, são estabelecidas as condições para acertos, designadamente quando a verba transferida anualmente não é suficiente para fazer face a encargos adicionais.

Ora, a União das Freguesias de Poceirão e Marateca executou 302m², revelando-se, por isso, insuficiente a metragem anual de pavimento prevista no Contrato Interadministrativo, em 52m².

Assim, e de acordo com o artigo 9º, nos seus números 1 e 2, do Contrato Interadministrativo em vigor, **propõe-se** a atribuição de comparticipação financeira a título de acerto à União das Freguesias de Poceirão e Marateca, no valor de 963,56 € (novecentos e sessenta e três euros e cinquenta e seis cêntimos), correspondentes a 52 m² de calçada executada.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS

DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS

Pela **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 6 – Apoio financeiro às Associações de Proteção dos Animais do Concelho de Palmela.

PROPOSTA N.º DASU_DSU 01_09-21:

«O bem-estar animal é uma prioridade municipal, atendendo às competências que lhe estão cometidas, mas é também uma responsabilidade da sociedade em geral, cujo grau de

consciencialização nos apraz ser cada vez maior, que não se focaliza apenas em aspetos de saúde pública mas, principalmente, que se traduz em condutas éticas e eficazes, nomeadamente na promoção de adoções responsáveis e na prevenção de situações de abandono.

O abandono de animais na via pública continua a ser uma questão recorrente que continua a ter proporções alarmantes e para a qual as entidades públicas e privadas têm bastante dificuldade em dar resposta, atendendo à dimensão do problema.

A Câmara Municipal de Palmela, em articulação com entidades oficiais, nomeadamente o SEPNA-GNR e o Ministério Público, tem efetuado o acompanhamento permanente com o objetivo de dar uma resposta ajustada às várias situações de abandono e maus-tratos a animais. O município tem investido em novas formas de minimizar o problema, como é o caso do trabalho de implantação de abrigos e a esterilização e devolução de felídeos à comunidade.

São também parceiros nesta missão as associações de defesa dos animais do Concelho, nomeadamente "O Cantinho da Milú", a "Quintinha ABC", a "Azafama ao Rubro" e a "PRAVI", as quais apresentando diferentes dinâmicas de funcionamento, acolhem um elevado número de animais, assegurando nas suas instalações o alojamento, a alimentação e os cuidados médicos necessários para garantia do bem-estar animal.

Para que estas associações possam prosseguir a sua missão, é essencial o apoio de entidades públicas, para além do envolvimento de voluntários e algumas empresas que, regularmente, também prestam o seu precioso contributo.

Assim, tendo em conta que:

- Nos termos do n.º 1 e das alíneas g) e k) do n.º 2 do artigo 23.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Município de Palmela, tem por atribuições a promoção e a salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios da saúde pública e ambiente;
- É competência da Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes e, bem assim, apoiar atividades de natureza social, educativa ou outra de interesse para o Município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde pública (cfr. alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do RJAL);

Considerando a necessidade de apoio financeiro para garantir o funcionamento básico das instalações e o apoio às atividades correntes das Associações (nomeadamente tratamentos médicos veterinários, medicamentos, campanhas de sensibilização, vacinação, colocação de identificadores e esterilização dos animais acolhidos) **propõe-se**, em conformidade com as alíneas o) e u), n.º 1 do artigo 33.º do RJAL a atribuição de apoio financeiro no valor global de 7.000,00 € (sete mil euros), a ser distribuído, tendo em conta o número de animais existentes em cada Associação, o conjunto das atividades que desenvolvem e principalmente a

disponibilidade para colaborar com as autoridades locais e com a autarquia, sempre que solicitado o seu apoio, da seguinte forma:

- Associação "Cantinho da Milu" - € 3.739,90 (três mil, setecentos e trinta e nove euros e noventa cêntimos);
- Associação "Quintinha abc" - € 2.413,30 (dois mil, quatrocentos e treze euros e trinta cêntimos);
- Associação "Azafama ao Rubro" - € 471,80 (quatrocentos e setenta e um euros e oitenta cêntimos)
- Associação "PRAVI" - € 375,00 (trezentos e setenta e cinco euros).

A despesa tem enquadramento nas Grandes Opções do Plano com a classificação: 2.4.6.03.007; 0303/040701; 2017 A 39.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E COESÃO SOCIAL

DIVISÃO DE INTERVENÇÃO SOCIAL E SAÚDE

Pelo **Sr. Vereador Adilo Costa** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 7 – Representação institucional na CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Palmela.

PROPOSTA N.º DECS_DISS_01_09-21:

«Por adesão voluntária, devidamente caucionada pelos órgãos autárquicos competentes do município, ou decorrendo da estrutura política e administrativa do país, o Município de Palmela integra diversas entidades de direito público e privado, bem como organismos de gestão e/ou consultivos da administração central.

A fim de garantir uma participação e intervenção adequadas nas referidas entidades, torna-se necessário proceder à designação, nos termos da lei, de representantes da Câmara Municipal.

Face ao exposto, **propõe-se**, nos termos do disposto na alínea a), do nº 1, do artº 17º, da Lei nº 142/2015, de 8 de setembro, que veio alterar a Lei nº 147/99, de 1 de setembro, designar o Técnico Superior, Vítor Luís Oliveira Ferreira da Silva, quadro técnico em regime de mobilidade, cuja nota curricular faz parte integrante da presente proposta, para representar a Câmara Municipal na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Palmela, ratificando todos os atos praticados desde o dia 5 de abril de 2021.»

Sobre a proposta Representação institucional na CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Palmela, numerada DECS_DISS 01_09-21, intervêm:

O **Sr. Vereador Carlos Vitorino** destaca a importância deste órgão e a necessidade de o colocar a funcionar, porque a identificação e acompanhamentos dos casos, por vezes, evita situações complicadíssimas no futuro em relação a muitos jovens, por isso, espera que este nomeado seja uma mais-valia para todos aqueles que dele fazem parte.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que quando é para criticar, deve-se criticar, mas quando é para elogiar, também se deve elogiar e, considera positivo trazer para a CPCJ de Palmela um técnico superior, nomeadamente da área da psicologia educacional, cujo currículo é extenso, sobretudo tendo em consideração os casos, não só em numero, mas também mais complexos que surgem e, que infelizmente, tendencialmente continuarão a aparecer no território, por isso, espera e deseja que, certamente a CPCJ de Palmela possa dar uma resposta mais atempada e que se consigam ajudar os jovens e as famílias que precisam da intervenção desta entidade.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE

GABINETE DA JUVENTUDE

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 8 – Regulamento de Voluntariado do Município de Palmela.

PROPOSTA N.º DCDJ_GJv 01_09-21:

«O Voluntariado do Município de Palmela traduz a inequívoca preocupação com a afirmação de uma cidadania ativa, solidária e comprometida com o concelho, um dos princípios de Palmela Cidade Educadora, alinhado com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e que assenta nos princípios enquadramentos do voluntariado, da solidariedade, da participação, da cooperação, da gratuidade, da responsabilidade e da convergência.

O voluntariado representa hoje um dos instrumentos de participação da sociedade civil nos mais diversos domínios de atividade. A Lei n.º 71/98, de 3 de novembro, estabeleceu as bases do enquadramento jurídico do voluntariado, procurando ir ao encontro das necessidades sentidas pelos voluntários e pelas diversas entidades que enquadram a sua ação. Esta legislação delimitou o conceito de voluntariado, definiu os princípios enquadramentos do trabalho voluntário, e contemplou um conjunto de medidas consubstanciadas em direitos e deveres dos voluntários e das organizações promotoras, no âmbito de um compromisso livremente assumido de dar cumprimento a um programa ou ação de voluntariado.

Neste contexto, atentos aos fundamentos expostos, e nos termos das disposições conjugadas dos artigos 241.º da Constituição da República Portuguesa, no preceituado nas alíneas g) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e não tendo decorrido da publicitação do início do procedimento, desencadeado através do Edital n.º 67/DAFRH-DAAG/2021 de 2 de fevereiro, em cumprimento do disposto no artigo 98.º do novo Código do Procedimento Administrativo (CPA) publicado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e nos termos da deliberação tomada em reunião de Câmara de 27 de janeiro de 2021, a constituição de quaisquer interessados, **propõe-se:**

1. A aprovação pela Câmara Municipal de Palmela do projeto de Regulamento de Voluntariado do Município de Palmela, conforme anexo I à presente proposta, “Regulamento de Voluntariado do Município de Palmela”, a submeter a consulta pública, nos termos do disposto do artigo 101.º do Novo Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na redação em vigor;
2. Submeter a proposta, após consulta pública, à Assembleia Municipal de acordo com o estabelecido na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º e na alínea k), n.º 1, artigo 33.º, ambos do RJAL;

Mais se propõe que caso da consulta pública não resultem alterações ao presente projeto, se considere o mesmo aprovado pela Câmara e, assim, apto à submissão a deliberação pela Assembleia Municipal.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE

DIVISÃO DE CULTURA E DESPORTO

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 9 – Atribuição de apoio financeiro à Associação das Festas Populares de Pinhal Novo – Desenvolvimento e Cultura Local para a realização da 24.ª edição das Festas Populares de Pinhal Novo.

PROPOSTA N.º DCDJ_DCD 01_09-21:

«A Câmara Municipal, no seu relacionamento com o associativismo local, sempre se constituiu como parceiro das organizações associativas que assumem a realização das festas e eventos locais enquanto eventos identitários da comunidade local, apoiando técnica, logística e

financeiramente no reconhecimento da importância destes eventos no panorama, cultural e socioeconómico local.

Considerando a importância local da realização das Festas Populares de Pinhal Novo num ano especialmente atípico, em que as associações são impedidas de desenvolver a sua atividade de forma regular, o que inviabiliza igualmente a possibilidade de autofinanciamento e a sua própria sustentabilidade, destaca-se o esforço de organização e resiliência que permitiu à Associação de Festas Populares de Pinhal Novo – Cultura e Desenvolvimento Local apresentar a proposta de realização da 24.ª edição das Festas Populares de Pinhal Novo entre os dias, 3 e 13 de junho, em moldes diferentes dos habituais, estendendo o seu calendário de realização, reorganizando e reduzindo espaços.

A Associação das Festas Populares de Pinhal Novo – Desenvolvimento e Cultura Local, tem ao longo dos anos apresentado um orçamento equilibrado, mantendo a mesma orientação no presente ano, prevendo a associação cerca de 50% de receitas próprias para a concretização deste importante acontecimento local, sendo a sua principal dificuldade em ano de diminuição de receitas o esforço para com os encargos das infraestruturas necessárias à realização deste evento.

Assim, **propõe-se** de acordo com a alínea u), n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a atribuição à Associação das Festas Populares de Pinhal Novo – Desenvolvimento e Cultura Local, de um apoio financeiro no valor de € 25.000,00 (vinte cinco mil euros), como comparticipação municipal para a realização da 24.ª edição das Festas Populares de Pinhal Novo, contemplando a sua programação e infraestrutura elétrica de suporte.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 10 – Atribuição de apoio financeiro à Confraria da Sopa Caramela para a realização do Mercado Caramelo 2021.

PROPOSTA N.º DCDJ_DCD 02_09-21:

«Com organização da Junta de Freguesia de Pinhal Novo e da Confraria da Sopa Caramela, terá lugar em Pinhal Novo nos dias 8 e 9 de maio a edição de 2021 do “Mercado Caramelo”.

A recreação deste Mercado assume-se como um evento que pretende conjugar a animação e a história, envolvendo na sua organização instituições e Movimento Associativo da freguesia, contribuindo para a preservação e divulgação das tradições e identidades locais, tendo como principais objetivos a divulgação da Sopa Caramela, a dinamização do comércio tradicional e a promoção turística do Concelho de Palmela através da sua gastronomia e identidade.

Num ano especialmente atípico face aos constrangimentos da atividade do Movimento Associativo Popular decorrentes da pandemia COVID-19, ainda assim de forma resiliente, a Associação julgou necessário manter o evento, reinventando o seu desenho no cumprimento de todas as regras emanadas pela DGS – Direção Geral de Saúde.

Dada a importância deste evento para o Concelho de Palmela e em particular para a freguesia de Pinhal Novo, **propõe-se** que, ao abrigo do disposto na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a atribuição de um apoio financeiro à Confraria da Sopa Caramela, no valor de € 1.500,00 (mil e quinhentos euros), como participação municipal para a realização do Mercado Caramelo 2021.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 11 – Aditamento ao Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre os Municípios de Palmela, Sesimbra e Setúbal e a UVP – Federação Portuguesa de Ciclismo.

PROPOSTA N.º DCDJ_DCD 03_09-21:

«A 29 de janeiro de 2020 a Câmara Municipal de Palmela aprovou um contrato-programa envolvendo a UVP – Federação Portuguesa de Ciclismo e os Municípios de Setúbal e Sesimbra, para a realização de 3 edições da “Clássica da Arrábida” e a prova “Ciclodesportiva da Arrábida – Granfondo da Arrábida”, a decorrerem nos anos de 2020, 2021 e 2022.

A situação de pandemia pela COVID-19 entretanto declarada, veio impedir a realização das provas em 2020.

As provas “Clássica da Arrábida” e Granfondo da Arrábida” realizadas em anos anteriores, haviam comprovado a sua grande importância para o ciclismo profissional, a primeira e para o ciclismo amador, a segunda, promovendo a região e as potencialidades que esta apresenta para a prática deste desporto.

Reconhecendo esse potencial, a UVP – Federação Portuguesa de Ciclismo, propôs aos três municípios ajustar o contrato-programa estabelecido, no que se refere ao seu calendário de execução, mas mantendo os mesmos pressupostos e que se baseiam na realização de provas de ciclismo de estrada destinadas a profissionais ou a amadores, com partidas, passagens e chegadas alternadas entre os três concelhos que constituem a Região da Arrábida.

No corrente ano, e tendo em conta que ainda subsiste a situação pandémica pela COVID-19, a realização das provas não será simultânea, retomando nos anos seguintes a realização na mesma data.

Considerando que:

- a realização destes eventos visa afirmar a região como um destino privilegiado para a prática do ciclismo e do turismo em bicicleta, onde o desporto, a natureza e a cultura podem conviver em harmonia, atraindo não só o universo de ciclistas profissionais, nacionais e internacionais, mas também todos praticantes amadores, populares e turistas em bicicleta com interesse na modalidade e na região;
- de acordo com o enunciado no n.º 1, do artigo 5.º, da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, cabe ao Estado e às Autarquias Locais articularem e compatibilizarem as respetivas intervenções, direta ou indiretamente, no desenvolvimento da atividade física e no desporto, num quadro descentralizado de atribuições e competências;
- a intervenção municipal tem como um dos eixos estratégicos, o desenvolvimento desportivo concelhio e a realização de iniciativas que projetem e dinamizem a atividade turística e por consequência a promoção e incentivo da economia local;
- desde o início da implementação do Programa de Desenvolvimento do Ciclismo que a autarquia tem apoiado, a vários níveis, a organização de eventos no âmbito do ciclismo nas suas diferentes disciplinas: ciclismo de estrada, BTT, BMX/BSX e Cicloturismo;
- a UVP – Federação Portuguesa de Ciclismo, enquanto pessoa coletiva de fim associativo, que tem como objetivo, entre outros, a promoção, regulamentação e direção, a nível nacional, da prática do ciclismo em todas as suas especialidades e vertentes, tem sido parceira do município, na organização de inúmeros eventos desportivos no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Ciclismo, contribuindo para a formação desportiva dos munícipes e para o desenvolvimento da cultura física e do desporto.

Propõe-se, ao abrigo do disposto das alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, das alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovados pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, bem como dos artigos 6.º, 46.º e 47.º, todos da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, que aprovou a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, bem como o Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, com a nova redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 41/2019 de 26 de março, que veio estabelecer o Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo, a aprovação do aditamento ao Contrato-Programa entre o Município de Palmela a UVP - Federação Portuguesa de Ciclismo e os Municípios de Setúbal e Sesimbra, em anexo, e que faz parte da presente proposta, o qual define os termos de cooperação entre as partes no âmbito da promoção e desenvolvimento do Ciclismo, concretamente no que diz respeito à organização das provas “Clássica da Arrábida” e “Ciclodesportiva da Arrábida - Granfondo da Arrábida”.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS

GABINETE DE AMBIENTE E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Pelo **Sr. Vereador Pedro Taleço** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 12 – Contrato de Gestão de Eficiência Energética - Adjudicação.

PROPOSTA N.º DASU_GAEE 01_09-21:

«Em reunião de Câmara Municipal do dia 09/12/2020 (Proposta n.º: DASU_GAEE 01_27-20), foi deliberado (i) aprovar a decisão de contratar para determinação de adjudicatário em contrato de gestão de eficiência energética, destinado à implementação de medidas de melhoria de eficiência energética no sistema de iluminação pública no concelho de Palmela, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 29/2011, de 28 de fevereiro, e (ii) aprovar, em cumprimento do disposto no artigo 38.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), a adoção do procedimento concursal próprio, aplicável à formação e execução de contratos de gestão de eficiência energética, a celebrar entre empresas do sector público, na qualidade de entidades adjudicantes e empresas de serviços energéticos, previsto no Decreto-Lei n.º 29/2011, de 28 de fevereiro e cuja tramitação procedimental se encontra regulada no mesmo diploma e subsidiariamente no CCP.

Verificada a necessidade de efetuar algumas retificações ao procedimento, bem como à constituição do júri, foi efetuada uma retificação à proposta inicial, a qual foi aprovada na sessão de câmara de 13/01/2021 (Proposta n.º: DASU_GAEE 01_21).

No âmbito do referido procedimento foram convidadas a apresentar proposta as seguintes entidades:

- Ferrovial Serviços, S.A.
- Virtual Power Solutions, S.A.
- Isete – Inovação, Soluções Económicas, S.A.
- Amener – Eficiência Energética, S.A. e Amener III Smart Energy, Unipessoal, Lda
- CME – Construção e Manutenção Eletromecânica, S.A.
- EDP Comercial – Comercialização de energia, S.A.
- Ecoinside – Soluções em Eficiência e Sustentabilidade, Lda.

O prazo para apresentação de propostas decorreu até às 23h59 do dia 15/02/2021.

Em resultado do convite formulado, através da plataforma eletrónica de contratação pública "Saphetygov" todos concorrentes convidados apresentaram proposta, à exceção da empresa Virtual Power Solutions, S.A. que não apresentou qualquer proposta, nem documentação a declarar não ser possível apresentar proposta.

Conforme relatório preliminar, após análise às propostas, quatro concorrentes viram as suas propostas admitidas.

O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa na modalidade "Melhor relação qualidade-preço", prevista na alínea a), do n.º 1, do artigo 74.º do CCP, densificado pelos seguintes fatores:

- Valor líquido da Poupança Mínima Garantida (40%)
- Prazo Contratual (60%)

Para efeitos de cálculo da pontuação da proposta de cada concorrente, foi aplicada a metodologia de avaliação constante do Anexo I, de acordo com o disposto no Artigo 7.º do "Programa do Procedimento" aprovado nas peças do procedimento.

A avaliação das propostas tem como primeira referência o desempenho mínimo requerido para o contrato, nos termos da seguinte tabela:

Item de Poupança	Condições Mínimas Requeridas (parâmetro base)
Desempenho energético mínimo (em kWh, em relação à <i>baseline</i> de consumo)	60,00%
Percentagem mínima de poupança garantida para a entidade adjudicante, a aplicar sobre as economias contratualizadas.	10%
Prazo contratual	12 a 16 anos
Duração fase de implementação	6 meses (máximo)
Valor do kWh de contrato	0,146€

Elaborado o relatório preliminar com a intenção de adjudicação, e submetido o mesmo a audiência prévia dos interessados, não foram apresentadas quaisquer pronúncias.

Todos os dados fornecidos pelos concorrentes nas respetivas propostas, metodologia de avaliação, e o quadro de avaliação final, encontram-se no Relatório Final em anexo à presente proposta.

Desta avaliação, resulta a seguinte classificação final:

Classificação	Firma	Pontuação
1º	AMENER	0,47
2º	CME	0,40
3º	ECOINSIDE	0,13
4º	ISETE	0,12

Face ao exposto, cumprida a tramitação preceituada no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua redação atual, **propõe-se** a aprovação do relatório final e minuta de contrato em anexo à presente proposta, os quais fazem parte integrante da mesma, respetivamente, nos termos e para os efeitos dos artigos 98º e 124º do referido Código, e a consequente adjudicação do objeto desta consulta prévia para “Contrato de Eficiência Energética”, ao consórcio concorrente AMENER – Eficiência Energética, S.A. e Amener III Smart Energy, Unipessoal, Lda.

O contrato terá uma duração de quinze (15) anos, até ao valor máximo contratual de 12.923.496,79 EUR (doze milhões, novecentos vinte três mil, quatrocentos noventa e seis euros e setenta nove cêntimos) acrescido do valor do IVA à taxa legal de 23%, o que perfaz o valor total de 15.895.901,05 EUR (quinze milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, novecentos e um euros e cinco cêntimos).

Mais se propõe que seja autorizado o registo do compromisso do encargo financeiro na ação do plano 3.2.01.004, 2020 I40 a que corresponde a classificação orçamental 03.04/07.01.10.02.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS

DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS

Pelo **Sr. Vereador Pedro Taleço** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 13 – Cedência de árvores à Associação dos Lares Ferroviários em Pinhal Novo.

PROPOSTA N.º DASU_DSU 02_09-21:

«Por solicitação da Associação dos Lares Ferroviários de Pinhal Novo, foi requerida a cedência de árvores para plantação num espaço com cerca de 5000 m², afeto ao novo lar, com a finalidade de dotar as suas instalações de zonas verdes, permitindo uma estada no exterior para os seus utentes mais agradável e capacitada de alguma sombra.

Atendendo que Câmara Municipal de Palmela detém um viveiro municipal de plantas, num espaço junto à ETAR da Salgueirinha, onde é efetuada a multiplicação e desenvolvimento de plantas lenhosas, nomeadamente árvores, arbustos e plantas vivazes, até que se tornem aptas para ser plantadas no espaço público.

Considerando que a gestão deste viveiro é realizada pela equipa dos espaços verdes de Pinhal Novo, a qual nas últimas semanas tem promovido a reorganização e otimização do espaço, plantando e desenvolvendo em local apropriado todas as espécies que estão adaptadas ao

espaço público e relocando dentro do viveiro as espécies que não se conseguem utilizar neste momento.

Assim, atendendo ao pressupostos apresentados, verifica-se a possibilidade de cedência de algumas espécies arbóreas à entidade requerente, que não são passíveis de aplicação em espaço público, os quais apresentando neste momento uma altura de cerca de 1,80m, atingirão um grande porte em idade adulta, nomeadamente:

- . 6 exemplares de *Pinus pinea* (pinheiro manso);
- . 6 exemplares de *Fraxinus excelsior* (freixo);
- . 6 exemplares de *Grevillea robusta* (grevílea).

A cedência destas espécies arbóreas tem ainda em conta, que:

- As espécies de grande porte não reúnem as condições ideais para utilização em perímetro urbano, face ao grande porte e à natureza invasiva das suas raízes que podem provocar danos em propriedade pública e/ou privada (e.g. infraestruturas de abastecimento de água e drenagem de águas residuais e muros, etc.), além de regra geral não merecerem aceitação por parte dos munícipes;
- Nos termos do n.º 1 e das alíneas g) e k) do n.º 2 do artigo 23.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Município de Palmela, tem por atribuições a promoção e a salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios da saúde pública e ambiente;
- É competência da Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes e, bem assim, apoiar atividades de natureza social, educativa ou outra de interesse para o Município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde pública (cfr. alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do RJAL).

Deste modo, **propõe-se** ao abrigo do sobredito regime jurídico a cedência dos exemplares arbóreos acima referidos à Associação dos Lares Ferroviários de Pinhal Novo, os quais representam um valor patrimonial de € 225,00 (duzentos e vinte cinco euros).»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

O **Sr. Presidente** refere que antes de dar por terminada a reunião de Câmara, responde a duas questões que ficaram por responder, colocadas pelo Sr. Vereador José Calado:

- **Construtores da Urbanização Vale Flores, em Pinhal Novo, sem eletricidade** – O **Sr. Presidente** sobre a ligação de eletricidade aos prédios de Vale Flores, esclarece que da parte da autarquia está tudo feito, há muito tempo e, da parte do empreiteiro que terminou as obras

de reabilitação das infraestruturas também, aliás, está desejoso da receção provisória e refere que ainda hoje, voltou a falar com a EDP sobre esta matéria, mas inexplicavelmente, a EDP tem de interromper a energia, são cortes programados, para fazer a ligação àqueles armários. Questionou o motivo do atraso e, a EDP prometeu dar uma resposta amanhã. Considera que é uma situação que, de facto, começa a agastar todos, porque estão ali investidos milhões de euros, quer dos construtores, como da autarquia, sobretudo na 2ª fase de reabilitação e não se entende a inércia da EDP que, por vezes, dá informações um pouco contraditórias face aos promotores.

O **Sr. Vereador José Calado** refere que dos contactos que foram estabelecidos pelos construtores com a EDP, lhes referiram que a responsabilidade era da autarquia. Portanto, é uma situação preocupante para os construtores que já concluíram as suas obras.

O **Sr. Presidente** refere que não admite essa resposta da EDP e, por essa razão, falou ao mais alto nível com a EDP, porque, de facto sem energia elétrica, os sistemas de videovigilância não funcionam e, naturalmente que abre a possibilidade a um número superior de roubos e assaltos, mas é uma situação que está a ser acompanhada pelo município ao mais alto nível com a EDP.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca da uma hora e catorze minutos do dia vinte e dois de abril de dois mil e vinte e um, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco